

**ACTA N.º 9**  
**MANDATO 2005/2009**

Aos quinze dias do mês de Dezembro do ano dois mil e seis, pelas vinte horas e trinta minutos, nos Paços do Concelho, reuniu-se a Assembleia Municipal de Valongo, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. Intervenção do público; -----
2. Período antes da ordem do dia; -----

ORDEM DO DIA: -----

1. Discussão e aprovação da acta da reunião do dia 2006.09.29; -----
2. Discussão e aprovação do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança; -----
3. Comissão para Avaliação e Acompanhamento da Situação dos Bairros Camarários – Apresentação do relatório das visitas aos empreendimentos sociais de Ermesinde; -----
4. DISCUTIR E VOTAR PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE: --
  - 4.1. Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara, para o ano 2007; -
  - 4.2. Orçamento e Grandes Opções dos SMAES para o ano 2007; -----
  - 4.3. Lei das Comunicações electrónicas – Estabelecimento e fixação da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), nos termos do n.º 2 do artigo 106º da Lei n.º 05/2004, de 10 de Fevereiro, a vigorar em 2007; -----
  - 4.4. Regulamento Municipal do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros – Proposta de alteração da redacção do ponto 1 do artigo 9º; -----
  - 4.5. Alteração do Organigrama e Organização dos serviços – Aprovação; -----
  - 4.6. Actualização da tabela de taxas anexa ao Regulamento da Liquidação de Taxas relativas à realização de Operações Urbanísticas de Edificação e Urbanização; -----
  - 4.7. Actualização das taxas previstas na Tabela de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais, para vigorar no ano de 2007; --
  - 4.8. Actualização das taxas devidas pela Ocupação de Lugar Privativo de Estacionamento; -----
5. Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo. -----  
Estavam presentes trinta e dois elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respectivas rubricas. Presentes também o Senhor Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo, o Senhor Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós, os Senhores Vereadores José Luís Gonçalves de Sousa Pinto, Mário Armando Martins Duarte, Paulo Miguel da Silva Santos, Maria José Baptista de Moura Azevedo, António Augusto de Magalhães Gomes, Jorge Manuel Gonçalves Videira e Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre. -----

Substituição ao abrigo do art.º 77º, n.º 3, alínea c) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, do Membro da Assembleia Municipal António Fernando Correia Monteiro sendo substituído pelo Membro da Assembleia Municipal Manuel António Ramos Valdrez. -----

Substituição ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro com redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal Manuel António Ramos Valdrez e Pedro Filipe da Rocha Almeida sendo substituídos, respectivamente, pelos Membros da Assembleia Municipal Carlos Oliveira Magalhães Basto e Maria Esmeralda Correia de Carvalho. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, deu início à sessão. -----

O Senhor **Primeiro Secretário Henrique Jorge Campos Cunha**, procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal de Valongo. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, deu a palavra ao público. -----

O **Município Fernando Teixeira em representação da Associação de Pais do Agrupamento Vertical de Escolas de Alfena**, disse que a Associação de Pais das Escolas da Freguesia de Alfena fez duas comunicações por escrito, uma à Junta de Freguesia de Alfena, e outra à Assembleia de Freguesia de Alfena. -----

No que toca à Assembleia Municipal entenderam vir pessoalmente colocar uma das suas preocupações, que tem a ver com o excesso de crianças na Escola Primária do Barreiro, onde funcionam turmas de manhã e de tarde, e a prever-se nova distribuição dos alunos pela Freguesia no próximo ano, em que os alunos terão que, eventualmente, mudar de escola para Cabeda. -----

Isso acarreta deslocação de crianças, e como o trajecto até aos quatro quilómetros não é participado pelo Estado, o que os preocupa muito. -----

O pedido que fazem é que a Autarquia pudesse pensar no aumento da população escolar, nomeadamente as crianças do Ensino Primário, e que olhasse ao crescimento da população em Alfena na possibilidade da construção de uma nova Escola em Alfena para fazer face ao aumento da população escolar. -----

Conhecem as dificuldades que o País atravessa, nomeadamente do Município de Valongo, mas entendem que se querem crescer e desenvolver, a população começa pelas crianças, e os bons exemplos em termos de desenvolvimento e crescimento dependem da aposta na acção escolar. -----

Gostariam que a Câmara Municipal de Valongo pensasse na possibilidade muito concreta de poder ser construída uma nova escola no Barreiro. -----

Há uma solução provisória que poderia passar pela colocação de pavilhões pré-fabricados, isso levaria a que as crianças da zona não tivessem que se deslocar para a Escola da Cabeda, pois é a única escola que tem lugares e salas vagas. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, fez a leitura de um documento relativamente ao balanço de um ano de trabalho da Assembleia Municipal de Valongo, anexo à presente acta. -----  
De seguida deu a palavra aos Senhores Deputados Municipais. -----  
O Senhor **Deputado Ventura de Almeida**, disse que gostariam em jeito de balanço de fim de ano, o primeiro de um mandato que os vai conduzir a uma nova década, de se estarem a regozijar por se ter iniciado o novo caminho de progresso e desenvolvimento para o concelho de Valongo, e o retirasse do atoleiro em que a maioria PSD/CDS o colocou. -----  
Infelizmente isso não aconteceu, as dificuldades estruturais criadas pela maioria Camarária, sempre denunciadas e combatidas pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, não foram minimamente combatidas. -----  
A dívida a curto prazo cresceu, as despesas de funcionamento aumentaram, a auditoria externa não se realizou, e a definição de políticas de desenvolvimento inexistente, o panorama para 2007 mostra-se ainda mais nebuloso com uma maioria Camarária, apresentando documentos fundamentais de gestão intragáveis, não antecipa futuro promissor para um Concelho que se distancia no caminho do progresso e da esperança de uma melhor qualidade de vida para as suas populações. -----  
É pena que uma maioria tão recentemente renovada se tenha acomodado em tão curto espaço de tempo, não cumprindo compromissos assumidos com as populações das diversas Freguesias, com o Partido Socialista e com esta Assembleia, justamente há um ano entregando-se à falta de ambição e de criatividade. -----  
A maioria PSD/CDS adiou o futuro e sem o mínimo de pudor e responsabilidade cívica prepara-se para continuar num caminho sem futuro e de continuado retrocesso. -----  
O Concelho de Valongo, e todos os seus Municípios, merecem mais progresso e muito melhor qualidade de vida, haja esperança e vontade de mudança, com esses objectivos muitos Autarcas Socialistas e anónimos cidadãos, vêm trabalhando um projecto realista, credível e de futuro, porque acreditam no Concelho de Valongo, nas suas gentes e neles estão empenhados com determinação e espírito de serviço. -----  
O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares**, disse que relativamente ao assunto que a Associação de Pais do Agrupamento Vertical de Escolas de Alfena trouxe, gostaria de dar os parabéns à Associação de Pais pelo excelente trabalho que têm feito em prol dos jovens, um trabalho dedicado e que começa a dar os frutos em coordenação permanente com a Autarquia. ---  
O problema que trouxeram é da EB 1 Jardim de Infância do Barreiro, há várias turmas a funcionar em horário duplo, turmas que acabam por não ter acesso aos complementos educativos, ou enriquecimento curricular, e corre-se o risco, com as directrizes que existem de acabar com os horários duplos, de serem deslocadas para outra escola. -----

Estão a falar de crianças de tenra idade, e todos estão preocupados com esse facto, porque sabem o transtorno e a dificuldade que isso causará, estão a falar da necessidade de três salas, na zona que do Barreiro que continua em franca expansão, uma zona que tem crescido, e a resolução do problema passará pela construção de uma nova escola. -----

Na Assembleia de Freguesia de 28 de Setembro de 2006, o Grupo dos Unidos por Alfena apresentou uma recomendação, que foi aprovada por unanimidade, e que endereçou à Câmara Municipal alertando para a situação. -----

Sabem que está na recta final a Carta Educativa que irá fazer o diagnóstico de todas as situações, compreendem que não era neste Orçamento e no Plano de Actividades que se devia contemplar a ampliação da escola, porque será a Carta Educativa que irá definir não só as escolas mas todo o conjunto de infra-estruturas necessárias para que os complementos educativos funcionem. Depois de ter esse diagnóstico a Câmara Municipal tem que pensar o que tem que fazer, pelo que sabe em finais de Janeiro isso estará pronto, conheço a sensibilidade da Câmara Municipal para a situação, ou situações deste género, e tem a certeza que os nossos miúdos da EB 1 Jardim de Infância do Barreiro não irão ser deslocados e se irá encontrar uma solução. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, disse que queria colocar duas questões. -----

Uma tem a ver com as instalações do Sporting Clube de Campo, o que já levantaram anteriormente, a possibilidade de ser suspenso e alterado o PDM, alguma parte dos terrenos anexos ao seu campo desportivo, pois actualmente não têm condições para praticar futebol. -----

Sabem que isso é viável, porque recentemente foi uma proposta à Câmara para fazer alteração de pormenor em Ermesinde, da antiga fábrica Santos e Lima, que altura que vier à Assembleia vai merecer algumas interrogações, devido ao método em que foi feita aquela especulação. Como era possível a tentativa de alterar o PDM do plano de pormenor daquela zona, julga que também relativamente ao Sporting de Campo será possível. -----

Estão quase a entrar noutra época e mais um ano que o Sporting de Campo não vai ter o seu campo de jogos. -----

De seguida fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.1. -----

O Senhor **Deputado Daniel Torres Gonçalves**, disse que a bancada do PSD/PP queria fazer um balanço visto que faz um ano que a população de Valongo voltou a reiterar o apoio ao PSD à frente do executivo da Câmara. ---

A protecção dos animais deve ser uma preocupação de qualquer comunidade civilizada, felizmente o Município está ciente disso, pelo que são precursores no combate ao abandono e maus tratos dos animais. -----

Assim, há que recordar que desde 2001 se celebra o dia mundial do animal no Concelho e, que em 2004 foi inaugurado o novo Centro Veterinário

Municipal, referenciado como inédito, como o melhor do País e ainda a edição do jornal gratuito “Jornal dos Animais”. -----

Há um conjunto de iniciativas promovidas pelo Centro Veterinário Municipal, pelo Sector de Controlo Sanitário, que apesar de terem eco na comunicação social não são conhecidas do público em geral, desde 2001 são colocados aparelhos de identificação por micro chip nos animais, já tendo sido oferecidos 200 micro chips aos Municípios. -----

Desde 2004 os animais adoptados são cirurgicamente esterilizados, sem encargos para os Municípios adoptantes, são promovidas feiras de adopção de animais e existe uma campanha de vacinação, que actualmente passa por dezanove pontos do Concelho, este ano 2000 animais foram vacinados e 150 micro chips colocados. -----

Podem concluir que Valongo é um concelho de qualidade e vanguarda no que toca à protecção dos animais, mas a verdade é que quando o reconhecimento vem de fora, o reconhecimento dessa qualidade e desse trabalho, o reconhecimento tem muito mais valor. -----

O Centro Veterinário de Valongo foi referido num estudo sobre o bem estar animal, como o melhor de toda a Área Metropolitana do Porto.

Depois cabe referir a visita dos Veterinários sem Fronteiras a Valongo, em jeito de recompensa pelo trabalho desenvolvido no Concelho, o Centro Veterinário teve a possibilidade de acolher uma das maiores Associações de Protecção Animal a nível internacional. -----

A comitiva de três pessoas, entre os quais dois Veterinários Alemães, estiveram cerca de uma semana em Valongo, castrando por volta de 200 animais pertencentes a Associações de Protecção dos Animais e do próprio Centro Veterinário. -----

Os Veterinários sem Fronteiras vão de País em País promovendo iniciativas que se centram nos animais abandonados, sendo uma Organização de referência internacional, por isso devem felicitar o Centro Veterinário por ter trazido até Valongo esta entidade, a bem dos animais do Concelho, tal terá sido conseguido como fruto do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Centro. -----

O Senhor **Deputado Carlos Alberto Oliveira Magalhães Basto**, disse que a sua primeira questão se refere à Escola Primária da Bela, quando chove, e não é preciso chover muito, é um autêntico desastre a entrada de crianças para a Escola, as crianças entram para a Escola e ficam durante horas, das nove até à uma hora, com os pés todos encharcados criando problemas. -----

Isto acontece porque há um esgoto de águas pluviais, ou outra coisa, que entope e na entrada para a escola, do portão para dentro, e nas escadas até ao portão forma uma autêntica cascata e é preciso fazer alguma coisa nesse sentido, classificando a situação de muito urgente. -----

Relativamente ao idoso que se referiu o Senhor Deputado José Deolindo Caetano, queria saber, e não pondo em causa a decisão da Câmara em mudar o idoso para outra habitação, já que aquela estava a cair, perguntou

se se criaram expectativas a esse idoso para que ele depois das obras feitas voltasse para casa. -----

Tem uma carta dirigida ao Senhor Dr. Fernando Melo, em que o idoso se refere de tal forma em termos de agradecimento, que dá a entender que alguma coisa foi dita ao idoso que feitas as obras ele voltaria para a casa, o que lhe parece não está a acontecer. -----

Por outro lado, tem uma noticia que também mostra que alguma coisa foi prometida ao idoso, no Jornal de 12 de Outubro de 2006, da Voz de Ermesinde “finalmente abordou a situação da habitação de um idoso a viver numa casa em perigo de derrocada, havendo agora a possibilidade de se resolver a situação, pois o idoso estava disponível a alojar-se temporariamente em casa de um familiar, permitindo assim a realização de obras, que sendo levadas a cabo pela Câmara ocorreriam efectivamente à custa do proprietário do prédio”. Criou-se uma expectativa no idoso de forma a que ele voltasse para casa. -----

É um idoso com 85 anos que tem ali raízes, os amigos, tinha a sua actividade, e se não voltar para casa ninguém tenha dúvidas que estão a anunciar uma morte lenta e agonizante dessa pessoa. -----

Outra questão tem a ver com a publicidade, na reunião da Comissão de Segurança, foi dito a uma das pessoas presentes que os placares de publicidade de uma empresa de distribuição alimentar, com fins lucrativos, estavam licenciados, que estava tudo legal, posteriormente numa reunião do Bloco de Esquerda com o Senhor Vice-Presidente foi-lhes dito que esses placares foram postos da noite para o dia e estava tudo autuado. Gostava de ser esclarecido sobre a situação. -----

Um outro esclarecimento, não tem a certeza, mas constasse, e por isso pede um esclarecimento, em relação a Sobrado, saber se 40% das casas de Sobrado são clandestinas, e se o são como é que foi possível chegar até aqui. -----

O Senhor **Deputado Luís Teixeira de Azevedo**, disse que o assunto que o traz é relacionado com a água, água e Águas, há mais de dois anos e meio que a questão foi levantada na Assembleia Municipal, sobre uma tarifa disponível de serviço de saneamento. -----

Na altura ouviu ao Senhor Presidente da Câmara dizer que resultava do que estava estipulado no contrato, e que era porque as Águas de Valongo S.A. não tinham atingido os resultados em função daquilo que teria sido um estudo económico financeiro. -----

Nessa altura ficou surpreendido e ficou na expectativa de que a tarifa viesse com o tempo a desaparecer, o que é verdade é que ela se mantém e todos os anos é aumentada, recorda que começou em noventa cêntimos ao mês e já vai em noventa e nove cêntimos ao mês, perguntou se está previsto a abolição da tarifa, e se está para quando. -----

Outro aspecto, gostava de ser informado se é verdade que no articulado do Contrato de Concessão existe uma fórmula para aplicação dos aumentos

anuais dos valores a pagar pelos consumidores, sendo que a submissão à Câmara Municipal para aprovação é apenas um proform se existe a fórmula no Contrato, e se as Águas de Valongo apresentam a proposta em função da fórmula que está no Contrato ao vir à Câmara é só para um proform, não vê que a Câmara, ou Executivo da Câmara, possa alterar a percentagem dos valores propostos pelas Águas de Valongo, e que são sempre, e este ano foram, são sempre superiores aos valores da inflação. -----

Ainda relativamente às Águas perguntou se as Águas Douro e Paiva praticam aumentos percentuais anuais semelhantes aos que são praticados pelas Águas de Valongo. -----

Terceira questão, qual a compensação financeira prestada pela Empresa Águas de Valongo S.A. ao Município. -----

Quarta questão, o valor pago pelas Águas de Valongo S.A. pela cedência do espaço que utiliza, ou passou a utilizar, no edifício Faria Sampaio em Ermesinde. -----

E finalmente lançou um repto à Senhora Presidente da Mesa, que prometeu numa entrevista ao Jornal de Notícias, após a sua eleição que um dos assuntos que traria à Assembleia seria o Contrato com as Águas de Valongo S.A. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças**, disse que solicitou a palavra por dois motivos. -----

Primeiro, prende-se com a situação de repor a verdade em relação a algumas afirmações, que foram proferidas na sessão de Junho por um representante dos feirantes da feira de Valongo, e que pronunciou algumas afirmações que se na altura duvidou delas hoje tem a certeza que não corresponderam à verdade, pedida a devida informação oficial está em condições de dizer que a informação que ele deu foi incorrecta. Ele afirmou perante todos, estando a reportar-se ao mês de Junho, a ocupação do actual recinto da feira tinha um número inferior de feirantes em relação aqueles que existiam no recinto anterior, ou seja no Largo do Centenário. -----

A informação que foi prestada, e que não oferece dúvidas, pensa que os números se reportam à data em que recebeu a informação, ao mês de Setembro, a ocupação do actual recinto da feira acolhe cento e setenta e três feirantes o máximo acolhido no recinto anterior, Largo do Centenário, foi de cento e cinquenta e seis, a diferença não é muita mas é de dezassete lugares, ronda mais de 10%. -----

É bom que os Municípes, no caso concreto tem duvidas se é Município, pensa que era apenas um representante dos feirantes, é bom que quando se dirige, ou quando usa da palavra, ou quando profere afirmações que as faça com verdade, porque a partir de agora sempre que aqui venha uma afirmação de um feirante têm o direito de colocar em dúvida essas afirmações. -----

Os elementos que foram fornecidos em relação, pensa que ao mês de Setembro, se fossem referente ao mês de Novembro a diferença seria

bastante mais significativa, porque pensa não errar que, e visita a feira de Valongo com frequência, que hoje os lugares do actual recinto estão praticamente todos preenchidos, no mês de Setembro tem algumas dúvidas porque ainda é mês de férias, e provavelmente um ou outro até estaria de férias. -----

Em relação ao documento que a Senhora Presidente da Assembleia lhe fez chegar às mãos sobre o calendário de actividades da Assembleia Municipal, gostaria que a Senhora Presidente em tempo oportuno o informasse quais as reuniões visitas, etc., que deram motivo ao pagamento de senha de presença. Os Municípes têm todo o direito de se aperceber, ter conhecimento da actividade da Assembleia Municipal, é um dever, mas em simultâneo também de saber quanto é que lhe custou, ou lhe irá custar esta actividade à Assembleia Municipal, é bom que duma vez por todas digam a verdade toda. O Senhor **Vice-Presidente João António de castro e Paiva Queirós**, disse que há uma diferença três milhões duzentos e trinta e cinco mil euros que representa 25% a menos da dívida, sendo certo que em 31/10/2005 a dívida ascendia a perto de dezanove virgula cinco milhões de euros. -----

Relativamente ao requerimento do Senhor Deputado Deolindo Caetano, que solicitou no que respeita à Rua Simões Lopes e ao hipotético despejo a que se referiu, oportunamente vão dar essa informação, e aproveitarão para o mesmo efeito responder ao Senhor Deputado do Bloco de Esquerda. -----

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte**, disse que em relação à questão levantada pelo Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, relativamente aos placares publicitários, julga que se está a referir aos do Modelo, eles foram colocados da noite para o dia, no dia seguinte sabe que foram levantados autos da fiscalização desse procedimento. Não está nenhum desses placares ainda licenciado, está a decorrer o processo de licenciamento, e alguns deles há uma proposta de indeferimento de licenciamento, porque alguns não cumprem a localização e a forma como estão implantados. Nesta altura não está nenhum licenciado há os autos da fiscalização levantados e está a decorrer o processo de licenciamento, sendo que alguns vão ter que ser alterados ou retirados do local onde estão. -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Luís Azevedo, relativamente às Águas, primeiro estranhar como o Senhor Deputado Luís Azevedo já sabe qual vai ser o aumento, eles ainda não sabem, ainda não foi à Câmara os aumentos das taxas do consumo de água, estranha como é que o Senhor Deputado Luís Azevedo já sabe e eles não sabem. -----

Relativamente às outras questões, em 15 de Março de 2004, foi aprovado pela Câmara uma alteração ao Contrato, ou seja uma reposição do equilíbrio financeiro do Contrato, que aliás os Vereadores do Partido Socialista na Câmara não estiveram contra. Portanto essas alterações foram aprovadas por maioria na Câmara, foi criada a tarifa de disponibilidade e não está previsto que ela venha a ser abolida, porque a reposição do equilíbrio financeiro do Contrato teve várias questões associadas. -----



Primeiro foi confirmado que o estudo económico que serviu de base à Concessão do Contrato, ao fim de quatro ou cinco anos se verificou que os consumos que estavam previstos, e que seriam espectáveis, não estavam a ser atingidos, portanto isso é razão, de acordo com a lei, para que haja reposição económica de um Contrato. -----

Outra razão foi que ao longo da experiência do Contrato de Concessão para o qual a empresa teria necessariamente que ter investimentos, na rede de abastecimento de água e saneamento, não estava contemplada a construção de rede de águas pluviais. . Ao longo dos anos foi sentido no terreno que a maior parte das obras que se fazem intervenções na via pública, que se colocam colectores novos, quer de abastecimento de água ao saneamento, é para todos, e nomeadamente para as populações, muito mais racional que se aproveite a obra e que se coloquem as infra-estruturas todas ao mesmo tempo, ou seja introduzindo a construção da rede de águas pluviais. -----

Essa competência foi transferida através da alteração ao Contrato para as Águas de Valongo, não estava prevista inicialmente, e que está estimada à volta de cinco milhões de euros, portanto está previsto que em termos de águas pluviais a empresa Águas de Valongo invista no concelho um milhão de contos, moeda antiga, portanto foi outra das razões para que o contrato fosse alterado. -----

Não está prevista a abolição da tarifa de disponibilidade, como aliás existe na maioria se não quase totalidade dos Concelhos, não é uma tarifa inventada no concelho de Valongo. -----

A compensação financeira da empresa Águas de Valongo essencialmente é feita com investimentos, com investimento que tem sido feito e há-de continuar a ser feito ao longo do prazo de concessão. -----

Tem hoje em dia no concelho em termos de saneamento uma taxa elevadíssima de cobertura, de água está perto dos 100%, portanto não se chega a esses valores sem investimento, esse investimento foi feito ao abrigo da Concessão, é essa a compensação financeira que a empresa concede à Autarquia. -----

Quanto às instalações, foram cedidas há muitíssimo pouco tempo, estão a tratar de regularizar a situação com a empresa Águas de Valongo relativamente a essa cedência. -----

Quanto às cópias do contrato não tem problema dá-lhe uma cópia do contrato, não necessita pedir à Presidente da Assembleia. -----

O Senhor **Vereador José Luís Gonçalves de Sousa Pinto**, disse que quanto à questão colocada pelo Senhor Deputado Deolindo Caetano relativamente às instalações do Sporting Clube de Campo, porque não equiparar, não arranjar uma solução para o Sporting Clube de Campo que seja comparável à suspensão do PDM, que irão propor brevemente para as instalações industriais à saída da portagem de Ermesinde. -----

A questão do parque industrial à saída da portagem de Ermesinde, acha que não se deve antecipar a explicar porque é que a querem trazer, mas entre as

várias características que justificam a possibilidade de se suspender o PDM, uma delas é o seu carácter de unicidade. A CCDR não admite que se possa fazer uma suspensão de PDM num determinado local cuja razão que o justifica seja replicável depois noutras situações. -----

A situação do Sporting Clube de Campo também foi falada, mas foi falada em conjunto com várias outras, a situação do Sporting Clube de Campo é de alguma forma semelhante à situação do Ermesinde, do Sobrado ou do Valonguense. -----

Portanto, se criassem a suspensão do PDM com carácter excepcional, que é obrigatório, para o Sporting Clube de Campo teriam que replica-la em mais situações, nas outras Associações Desportivas, bem como em todas as Associações Desportivas, Culturais ou Sociais, e mesmo a outras entidades.

A situação foi estudada e discutida na CCDR mas é de todo impossível, não tem sequer pernas para andar, mas isso não quer dizer que não se arranje uma solução, há-de ser arranjada uma solução em devido tempo no PDM, a Câmara vai ter propostas para fazer, e em devido tempo tomarão as providências necessárias. -----

Relativamente à questão que colocou o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, dos 40% das casas que são clandestinas em Sobrado, deve haver algum cuidado com as coisas que dizem, é que daqui a algum tempo até é verdade. Alguém disse um dia que 40% das casas em Sobrado são clandestinas, e agora o Senhor Deputado vem dizer que ouviu dizer que é 40%, como é que é possível chegar a 40%. Tem que haver cuidado nestas questões, se não se sabe que é 40%, se é 20%, se é 10% ou se é uma, não se deve dizer essas coisas porque se não passa a ser verdade. -----

Haverá situações dessas em Sobrado pelo que se pode aperceber, Sobrado será a freguesia que tem mais casos desses, agora longe de saber se é 40%, estão a cuidar dessa situação no âmbito da revisão do Organigrama, porque de facto a razão a que chegou essa situação é que o Organigrama actual não foi elaborado a pensar nesse tipo de situações, e há várias questões que têm que ser resolvidas e que contam resolver no âmbito de um novo Organigrama. -----

A Senhor **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, disse que em relação à questão do Senhor Deputado Albino Poças, no cronograma que foi apresentado não estão referidas as iniciativas e as reuniões que teriam lugar a senhas de presença. -----

Ao abrigo do artigo 76 do Regimento da Assembleia Municipal, o ponto número dois, diz que os Membros das Delegações, Comissões ou Grupos de Trabalho terão direito a senha de presença e a subsídio de transporte, fixado pela lei. -----

Portanto, foi criada nesta Assembleia, em Fevereiro de 2006, uma Comissão de Avaliação e Acompanhamento dos Bairros, que tem feito com regularidade as visitas aos Bairros e têm sido apresentados os relatórios dessas visitas. -----

A Comissão reúne, normalmente, uma vez por mês para discutir os relatórios e para programar outras iniciativas. -----

Além das senhas de presença da Comissão que é previsto na Lei, ninguém recebe mais do que isso, está no âmbito as sessões regulares da Assembleia Municipal ou as extraordinárias, as reuniões da Mesa que se fazem uma vez por mês, as reuniões de Conferência de Representantes, e todas as outras iniciativas como as visitas às freguesias, dando parabéns pelo empenhamento que revelaram os Senhores Deputados em cinco sábados de manhã terem disponibilizado o seu tempo para fazer essas visitas, outras reuniões que tem havido para apresentação do Plano de Pormenor de Valongo, os Senhores Deputados estiveram presentes, foram convidados e de facto aceitaram esse convite, a reunião que houve da Comissão Local da Acção Social ao debate do PNPO, todas estas iniciativas de facto os Senhores Deputados estão de parabéns, além de estarem a exercer um direito de Deputado vêm graciosamente a todas estas iniciativas. -----

Todas as reuniões que foram feitas pela Mesa da Assembleia Municipal de contacto prévio com os Conselhos Executivos das Escolas do Concelho, para poderem formar a Assembleia Municipal de Jovens, essas reuniões que a Mesa fez não foram alvo de nenhuma senha de presença, fizeram voluntariamente porque consideram que de outra forma não poderiam avançar com a iniciativa, contactos informais que lhes deu fundamento e força para poderem apresentar à assembleia Municipal o projecto da Assembleia Municipal de Jovens, e que esta Assembleia aprovou. -----

Portanto, mais alguma informação, mais discriminada, sobre os valores que a Assembleia tem gasto, têm esses valores e se o Senhor Deputado quiser será distribuído em devido tempo. -----

Senhor **Deputado Ventura de Almeida**, disse que a informação que foi pedida pelo senhor Vice-Presidente é a seguinte, o número que reafirma e reafirmo de aumento da dívida a curto prazo da Câmara Municipal, fundamenta-se no relatório, no balanço orçamental de 31 de Outubro de 2006. que é igual à afirmação que o Senhor Vice-Presidente há um ano atrás referiu na Assembleia, número a número, algarismo a algarismo com os centimos, que referiu há um ano e que são referidos por ele, não tem com ele os Balanços Orçamentais, os Controlos Orçamentais, mas esses Controlos Orçamentais são oriundos dos serviços da Câmara, provavelmente enviados pelo Senhor Vice-Presidente. -----

O Senhor **Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós**, disse que o Senhor Deputado Ventura de Almeida deve ter visto mal os números, o Relatório Financeiro de 30 de Novembro de 2006, são exactamente os números que disse. -----

O que acontece é que comparam situações diferentes, uma coisa é dívida outra coisa é cabimento, outra coisa é orçamento e outra coisa é compromisso, mas os Senhores Deputados não fazem a diferença. -----

Dívida é quando tem a factura em cima da secretária para pagar, e essa dívida está reflectida em todos os Relatórios Financeiros que a Câmara emite todos os meses. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, disse que relativamente à questão que sobre o Parque Desportivo de Campo, embora compreenda, mas a situação não é exactamente igual à dos outros clubes. Os outros clubes têm um parque de jogos e continuam a praticar desporto e o Sporting de Campo não tem esse parque de jogos, por isso há uma questão que é diferente. -----

Sabem as dificuldades que há em alterar o PDM, mas a situação não é a mesma, o Sporting de Campo não tem um parque desportivo para praticar futebol sénior. -----

Relativamente a uma questão que foi levantada e como foi dito para o público, e gosta das coisas esclarecidas. -----

É Membro da Assembleia e é Líder do Grupo Municipal da CDU, tem senha de presença quando vem às Assembleias e uma vez por mês quando tem a reunião com a Mesa da Assembleia. -----

Teve uma visita ao local da feira de Valongo, uma reunião de apresentação do Plano de Pormenor de Valongo, um debate sobre o PN POT na Biblioteca, visita à freguesia de Alfena, freguesia de Campo, à freguesia de Ermesinde, à freguesia de Sobrado e à freguesia de Valongo, uma apresentação do PDS no Museu de Valongo, e outra reunião de apresentação do Plano de Pormenor de Valongo. -----

Todas as reuniões em que participou, e tem por norma participar em todas, foram todas às suas expensas, desloquei-me no meu automóvel de Ermesinde para onde essas visitas foram efectuadas e não recebi nenhuma senha, porque anda, na sua modéstia, servir os Municípios, por isso que fique bem esclarecido, todas estas visitas que teve muito prazer e agradece as visitas guiadas que foram proporcionadas pelos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, foram todas às suas expensas, gasolina paga por ele, ao fim almoçaram todos e cada um pagou a sua conta, a maior parte das visitas foram ao sábado, desde as nove da manhã até às três e quatro da tarde sem receberem um tostão. -----

O Senhor **Deputado Carlos Alberto Oliveira Magalhães Basto**, disse que relativamente à questão sobre a Escola da Bela que não lhe foi respondida. --

Que aquilo que foi dito em reunião pelo Senhor Vice-Presidente, foi dito, exactamente, pelo Senhor Vereador Mário Duarte, mas isto não foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara na reunião em que lhe parece que estiveram presentes os Senhores Vereadores. -----

Em relação a Sobrado eu não fiz uma afirmação que eram 40% neste momento é preocupante é que de facto a reprodução já vai tão longe que se calhar já é verdade, mas eu não disse que era verdade eu quis apenas um esclarecimento, e esse esclarecimento espero que mo venham a dar brevemente. -----

Mas em relação à escola da Bela é um caso extremamente grave e aborrecido para as crianças e para os familiares, é um problema que não é custoso, pensa que é demasiado simples, era necessário que pelo menos dissessem que vão fazer qualquer coisa. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças**, disse que talvez por não ter sido devidamente explicito, a Senhora Presidente não compreendeu a questão que colocou. -----

Não perguntou nem questionou se era legal ou ilegal a criação das Comissões e das visitas, a pergunta foi diferente que em parte já foi respondida pelo Senhor Deputado da CDU, que disse que houve uma série de visitas que não foram pagas. -----

Mas a verdade real, já que não querem ou ficam tão melindrados com procurar, um Deputado procurar esclarecer toda a verdade, a verdade vem ao de cima brevemente, a seu tempo vão ter conhecimento de qual foi o custo total de toda esta paranóia e saber os resultados práticos que daí resultaram, porque esse trabalho pode ser caro ou barato de acordo com os resultados que daí se obtiver, aí é que se pode avaliar o verdadeiro resultado do trabalho que se tem no terreno. -----

Em relação a essas visitas estava convencido quando a Senhora Presidente começou a usar da palavra que iria aproveitar a oportunidade de dar conhecimento do ofício que mandou à Senhora Presidente, com o pedido de dar conhecimento à Assembleia, mas afinal passou à frente e esqueceu-se.

Em relação a isso ficou um pouco chocado, porque conhecendo a Senhora Presidente toda a sua postura, toda a sua forma de pensar em relação a essas visitas, como teve a coragem de lhe mandar um pedido, um questionário com o pedido de preencher, inclusivamente já com envelope estampilhado, nas coisas que ele entende ser úteis para o concelho ou para a sua Freguesia não chora nem abdica de pagar um selo de sessenta cêntimos para mandar, aliás está relativamente perto para se deslocar pessoalmente, como o fez em relação ao ofício, acha que é abusivo, desculpe Senhora Presidente esta frontalidade, acha que é um pouco abusivo a Senhora Presidente usar do poder que tem para mandar um pedido de inquérito aos Senhores Deputados, que é um serviço que prestam à Assembleia, com um envelope estampilhado, é o rigor das contas que está causa. -----

Estava convencido que a Senhora Presidente tivesse a coragem de ler a razão porque não respondeu a esse inquérito, lendo de seguida o ofício. -----

“Acuso a recepção do ofício de V. Ex.a, sem data, que acompanhavam o questionário que mereceu a minha melhor atenção. -----

Como V. Ex.a sabe as visitas efectuadas por um grupo de deputados municipais às cinco freguesias do concelho não mereceram nem têm o meu acordo. -----

Considero que a metodologia seguida para essas visitas está errada porque sendo a Assembleia Municipal de Valongo composta por elementos oriundos

de todas as freguesias do concelho, órgão onde tem assento, também, por inerência os Presidente de Junta de Freguesia, entendo que só em casos pontuais se justificarão visitas tão alargadas da Assembleia Municipal às freguesias. -----

Generalizar essas visitas entendo-as como uma forma de desvirtuar e fragilizar os poderes dos Senhores Presidentes de Junta, bem como uma forma engenhosa e hábil de ofuscar o trabalho e as funções deste eleitos que eu muito respeito e admiro. -----

Com base nestes princípios abstenho-me de dar qualquer resposta ao referido questionário.” -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, informou o Senhor Deputado Albino Poças que de facto ainda não deu conhecimento dessa carta porque ia dar quando estivessem a tratar dos dados do inquérito e feitos os relatórios das visitas, que não foi possível por algumas questões, até de funcionamentos dos próprios Correios. -----

Informou, também, que o inquérito tem duas partes, uma parte especifica em relação às visitas, a quem participou nas visitas, e uma segunda parte, aliás refere isso logo no início, mesmo quem não participou que queira dar a sua opinião de futuras iniciativas que teria essa possibilidade. -----

Informou ainda que enviou um envelope para facilitar a vida a todos, mandou a todos um envelope devidamente selado para os Senhores Deputados para facilitar, compreende que às vezes respondem aos inquéritos mas depois andam com o inquérito na carteira e nunca mais o devolvem, e porque achou que era urgente isso. -----

Disse que para que as coisas corresse o mais rápido possível os selos foram pagos do seu bolso. -----

De seguida colocou à votação a continuação do Período Antes da Ordem do Dia para o final da reunião, sendo aprovado por unanimidade. -----

Seguidamente colocou à discussão o ponto 1. Discussão e aprovação da acta da reunião do dia 2006.09.29, não se verificaram intervenções relativamente a este ponto, sendo colocado à votação e aprovado por maioria com trinta votos a favor e duas abstenções em virtude dos Senhores Deputados não estarem presentes na referida reunião. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto 2. Discussão e aprovação do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, não se verificaram intervenções relativamente a este ponto, sendo colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

De seguida fez a leitura dos relatórios relativos ao ponto 3. Comissão para Avaliação e Acompanhamento da Situação dos Bairros Camarários – Apresentação do relatório das visitas aos Empreendimentos Sociais de Ermesinde, anexos à presente acta. -----

Seguidamente fez a leitura de uma Moção apresentada pela Comissão para Avaliação e Acompanhamento da Situação dos Bairros Camarários, anexa à

presente acta como Doc.2, colocando de seguida à votação a admissão da Moção para discussão sendo admitida por unanimidade. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar**, disse que referente à Moção lembrava que há cerca de oito a dez anos, foi apresentada uma Moção que a Câmara fez chegar, com certeza, à Brisa altura, e que visava a colocação de barreiras sonoras em todos os troços de atravessamento urbano da A4. -----

Portanto acha que faria sentido se eventualmente, compreendo o reforço, compreende e considera que não há Municipais de primeira, de segunda e de terceira, acha que era fundamental estender a Moção a todos os locais de atravessamento urbano da A4. -----

Em Valongo existem, não faz parte da Comissão e não conhece em detalhe nem sabe pormenorizar a distância que vai entre os edifícios desse Empreendimento e a faixa de circulação da A4, mas em Valongo existe uma situação em que existem prédios à altura da faixa de rodagem e que estão a menos de uma dezena de metros. -----

Portanto parece-lhe que há situações em que a Brisa deveria ter em atenção, já fizeram na Assembleia e a Câmara já fez com certeza o que podia fazer, reencaminhar e fazer pressão sobre a Brisa, inúmeros requerimentos desse género, votará favoravelmente este, mas seria importante alargar o âmbito do pedido, porque há situações pelo menos tão importantes quanto essa. -----

O Senhor **Vereador José Luís Gonçalves de Sousa Pinto**, disse que não sabia que se ia falar do assunto, podia ter trazido dados mais concretos.

Não se lembra precisamente das datas, mas a Brisa já lhes respondeu às diversas situações que ao longo dos anos têm feito para colocação das barreiras no troço urbano de Valongo. -----

A Brisa respondeu-nos que estava a decorrer o concurso para instalação das barreiras sonoras, não se recorda da data, mas que seria algures no início do próximo ano, não sabe se no primeiro trimestre se em Janeiro ou Fevereiro. -

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, disse que a Brisa respondeu em relação ao Empreendimento, em Ermesinde, é que durante o ano de 2007 ia ser feito um estudo de impacto ambiental, e que em 2008 iria haver obras de alargamento daquela zona da A4 e então nessa altura colocariam as barreiras. Só que consideram que até 2008 é muito tempo para aquela população continuar com aquele barulho. -----

O Senhor **Vereador José Luís Gonçalves de Sousa Pinto**, disse que na sequência da intervenção do Senhor Deputado João Paulo Baltazar, a proposta era alargar a outros troços, relativamente à zona urbana de Valongo há uma resposta da Brisa a formalizar essa situação, não relativamente à questão do Bairro da Palmilheira. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação a inclusão na Moção da proposta apresentada pelo deputado João Paulo Baltazar, sendo aprovado por unanimidade a inclusão da proposta na Moção. -----

De seguida colocou à votação a Moção apresentada pelo Comissão para Avaliação e Acompanhamento da Situação dos Bairros Camarários, com a inclusão da proposta do Deputado João Paulo Baltazar, anexa à presente acta como Doc.2. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que queria pronunciar-se sobre os relatórios porque são documentos oficiais a partir do momento que dão entrada na Assembleia, e pensa que é um direito que assiste aos Membros da Assembleia pronunciarem-se sobre o documento. --- Começou por felicitar as seis pessoas que integram o grupo que já fizeram catorze visitas aos bairros, porque dessa forma a Assembleia ganhou e o concelho ganhou, uma informação que é valiosa. -----

Sugeriu, não sabe se é possível em relação a estes relatórios, seria interessante se relatórios terem mais informação, como a hora em que chegaram ao bairro, a hora em que saíram do bairro, quanto é que custou cada uma das acções, porque Deputados da assembleia têm revelado esse interesse, que as análises custo benefício são muito importantes, são extremamente importantes. -----

Uma iniciativa destas, aprovada pela Assembleia Municipal, pela maioria da Assembleia Municipal, que permita à Câmara Municipal num custo que segundo as suas contas ronda os 0,06% de todas as remunerações previstas para o ano, tem a vantagem de transmitir de uma forma muito simples aos serviços da Câmara e aos decisores da Câmara aquilo que pode ser feito. ----

Sugeriu à Senhora Presidente, segundo a informação dada pela Senhora Presidente, a primeira reunião começou em Março, Abril deste ano, 1 de Abril deste ano aos Bairros de Alfena, há um conjunto de sugestões em todos os relatórios, que são de fácil resolução, era interessante saberem qual é o resultado dessas sugestões. -----

Necessita dessa informação para avaliar qual é a relação, dos eleitos directamente pela população que estão a desempenhar esse trabalho no terreno, junto dos Bairros Sociais, e depois o que é que a Câmara faz perante essas sugestões, de Maio até agora já passou muitos meses. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à discussão o ponto 4.1. Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara, para o ano 2007. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa**, disse que não se deslumbra neste Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2007 nada de relevante para o esperado e tão desejado desenvolvimento do Concelho. ----

As três grandes obras programadas a via distribuidora principal de Campo, a passagem desnivelada na Rua Miguel Bombarda e a construção de reservatórios de água e as respectivas condutora e adutoras, já são velhas conhecidas. -----

Cerca de 28% do que consta no Plano Plurianual de Investimentos do ano 2007 já está esgotado, fisicamente, em mais de 50%, o encargo com o que está realizado em projectos que transitam para o ano 2007 é superior a 22



milhões de euros, mais de metade deste valor está facturado e por pagar, o que quer dizer que a dívida de curto prazo facturada ronda os 13 milhões de euros, a este valor acrescem os compromissos assumidos de valor não confessado. -----

Sabem e sentem que a vida não está fácil, acreditam que o Executivo tem dificuldades, mas governar bem não é fazer tudo o se quer, é escolher bem dentro das limitações, o que implica a afectação dos recursos aos melhores projectos, tendo sempre em vista o desenvolvimento do concelho e a melhoria da qualidade de vida da população. -----

Da análise do Orçamento e Grandes Opções do Plano pode concluir-se que o Executivo escolheu mal, desde logo porque aumenta as despesas correntes e reduz as de investimento, ou seja prefere gastar em vez de investir, privilegia o consumo em prejuízo do desenvolvimento. -----

De notar, ainda, que estão inscritas no Orçamento receitas de capital superiores a 8 milhões de euros, que se sabe serem muito dificilmente executadas, referindo-se às receitas provenientes da venda de terrenos, habitações e edifícios, os valores indicados são exactamente os mesmos que constam no Orçamento de 2006, e nem um cêntimo foi cobrado. -----

Aquando da discussão e aprovação da segunda versão do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2006, o Executivo comprometeu-se a reduzir significativamente a dívida do curto prazo, reduzir as despesas de funcionamento, promover uma auditoria externa ao funcionamento da Câmara, definir e propor políticas de desenvolvimento, acontece que a dívida não diminui significativamente, as despesas de funcionamento aumentam 3,48%, e não há nem se desenham políticas de desenvolvimento, bem pelo contrário como se pode ver pelo valor das despesas de investimento que são inferiores às orçamentadas para o ano 2006 em 12,95%. -----

Quando à auditoria externa ao funcionamento da Câmara, caso se pretenda incluir neste processo a alteração do Organograma e Organização dos Serviços, vêm a seu tempo o efeito útil que a medida pode produzir. -----

Concluem que o Executivo não honrou os compromissos assumidos e continua com esse propósito, estes documentos certificam a renúncia do Executivo a proporcionar melhoras de vida à população e ao desenvolvimento, mostram ainda a falta de engenho e arte para sair de uma crise que ele próprio gerou, o rigor a ambição e os projectos são ingredientes imprescindíveis numa boa gestão autárquica, nada disso transparece do Orçamento e Grandes Opções do Plano que estão a discutir, pretendesse apenas fazer a gestão corrente da Câmara, e assim vão continuar no lugar cativo da cauda do pelotão da área metropolitana do Porto. -----

Já tiveram oportunidade de dizer que a coligação que governa o Concelho vive a agonia de fim de ciclo, mas não é justo que a população, os empresários e as instituições sejam também sofredores. -----

Pelo exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista vai votar contra o Orçamento e Grandes opções do Plano para o ano de 2007. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.3. -----

O Senhor **Deputado Carlos Oliveira Magalhães Basto**, fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.4. -----

O Senhor **Deputado Joaquim Jerónimo Pereira**, disse que estão a discutir um documento que para quem tem algumas dúvidas é um documento que faz previsões, um documento que tem que cativar verbas para que depois de terem cabimento haja compromisso, e poderão ser realizados acima na medida do cabimento e do compromisso ou abaixo, e isso não estão a discutir um Relatório e Contas da actividade da Câmara. -----

Como qualquer Orçamento tem o chamado pecado original, tem que ser feito dentro de determinadas regras e até este, por exemplo, tem a virtude de copiar aquele que foi aprovado o ano passado, se copia, copia bem, e porque as dificuldades que a Câmara tem em não pôe aqui o documento e os montantes que desejaria leva a que a Câmara seja coerente como coerente tem que ser a Assembleia. -----

Da leitura do preâmbulo do Orçamento a bancada do PSD/PP não pode fazer análises, porque está inteiramente de acordo com o preâmbulo do documento tal como a própria classificação económica. -----

Do que ouviu, e perdoem-lhe os Senhores Deputados da bancada Socialista, a análise feita pelo representante da CDU classificaria de politica com a sua própria perspectiva, politica coerente, subtil porque também foi sintética e concreta ao fazer denúncias e é desafiadora quando diz - nós não fomos consultados para dar opinião - portanto é desafiador este tipo de proposta. ---

Lamenta que a posição emitida pelo Senhor Deputado Casimiro Sousa, do Partido Socialista, que com tanto ou mais capacidade para se pronunciar sobre o Orçamento foi redutora e direccionada para o colapso da Câmara, a incapacidade dos Senhores representantes da Câmara Municipal de Valongo em cumprir promessas, quando os Senhores Deputados do Partido Socialista sabem de que a diminuição da dívida a curto prazo é evidente de quase 50%, pelo menos mais de 30%. -----

A dívida a curto prazo que foi uma das formas os Senhores Vereadores do Partido Socialista se absterem no último Orçamento, que foi em Fevereiro deste ano, diziam que tinha que ser para além das despesas de funcionamento, de serem reduzidas. -----

Vão analisar um Organigrama que consubstancia essa preocupação que não é feito quando os Senhores Deputados querem nem quando os próprios o Senhor Presidente da Câmara e a sua equipa também deseja, crêem que a proposta que vai ser apresentada, que foi o trabalho de uma empresa que valoriza o documento que irão confrontar, vai ao encontro daquilo que foi uma promessa do Executivo e que foi relevada pelos Senhores Deputados do Partido Socialista. -----

O problema está na subtileza politica que não houve reduções significativas e por causa deste vício de linguagem subtil, o politico porque não foi

significativo, logo acham que o Executivo não cumpriu com aquilo com que se comprometeu, e é aí que discordam, é porque não se cumpriu na justa medida em que os Senhores Deputados acham para valorizar o seu voto contra, porque têm que arranjar uma justificação e emergem da profundidade da análise e superficialmente atacam o Orçamento. -----

Em politica quando há dificuldades elas têm que ser denunciadas, e o Senhor Deputado José Deolindo Gaetano disse que as dificuldades não são só para corrigir o défice ao nível do Poder Central, e quem não se lembra das dificuldades que todos conhecem em que a Associação Nacional de Municípios Portugueses, todas as tendências lá e inclusive pessoas distintas do próprio Partido do Governo, votaram contra aquilo que se propôs ao próprio Governo, que era reduzir ao máximo as transferências para o Poder Local. -----

Estão perante uma situação dessas, então porque é que vieram pôr vasos de flores murchas só para atacar Valongo, quando nos outros Concelhos com as mesmas dificuldades já se peneiram as letras para se arranjam as palavras adequadas consoante as circunstâncias Na politica consoante as circunstâncias assim os Deputados do Partido Socialista se prenunciam, podiam pelo menos ser coerentes como é o Senhor Deputado José Deolindo Gaetano, porque diz que há uns anos a esta parte o Poder Local, não tendo carne suficiente e de qualidade, não pode fazer morcelas com qualidade, os primeiros a lamentar é o Executivo que nas últimas eleições por falta de meios não fez as obras que desejava fazer para por sua vez, juntamente, com o comportamento que tomou noutras áreas de intervenção ter uma maioria mais ampla, dado que houve Concelhos com resultados bem diferentes. -----

São os Executivos os primeiros a serem prejudicados pela falta de meios. ----  
Pareceu-lhe que o Senhor Deputado Carlos Basto, do Bloco de Esquerda, trouxe um texto bem elaborado, embora não tenha sido para a forma calma do Senhor Deputado Carlos Basto, uns slogans um pouco superficiais de direita esquerda um pouco Floribela politica, umas vezes redutor outras vezes demasiado fácil. Habitados que estão a ver maneiras de analisar a situação politica assim como se o arco íris da politica fosse só o branco e o preto, e acha que são sete cores, mas os do Bloco de Esquerda acham que é só branco e preto, e então até a própria amnésica do Senhor Presidente a um canal de televisão, de que não disse que o orçamento da receita parece-me que é igual ao da receita era 62 milhões 398 mil 102 euros, porque ele não disse isso mas que era mais ou menos então o Senhor Presidente da Câmara teve uma posição incorrecta. -----

Na politica devem jogar as armas que devem usar, não é um orçamento que gostariam de ter, lembra-se que o Eng. António Guterres perante um Jornalista não foi suficientemente capaz de lhe dizer - olhe faça perguntas dessas quando eu estiver sentado na minha secretária - e porque se enganou nos números se criou uma espécie de brincadeira que inundou os

e-mail do País, por causa de um engano do Eng. Guterres, quando isso não tem nada de consubstancial é ocasional. -----

Vão votar a favor do Orçamento porque as receitas realmente sobem um pouco de 2006 para 2007, as receitas de capital baixam, está devidamente explicado, as despesas correntes em consequência pelo que também é explicado aos Senhores Deputados sobem de 48 para 52, embora as despesas de capital desçam de 51 para 46. -----

Há uma coisa que gostaria de deixar a todos os presentes para fixarem, é que no orçamento de 2006 a dívida de médio e longo prazo, prevista para 1 de Janeiro de 2007, era 17 milhões 171 mil euros, aquilo que apresentam hoje de que a dívida em Janeiro de 2007 é de 17 milhões 229, isto é uma previsão errou em 58 mil euros, pode-se dizer que a previsão não era correcta, não pode ele que está no mesmo lado da área política do Executivo, realçar, fazendo com que os presente abonem da bondade, dizem mas o Orçamento não é só essa rubrica mas nesta de conseguir captar, prever quase exactamente a dívida de médio e longo prazo enganando-se em 58 mil um universo de 17 milhões e meio, isto não é interessante, não é credível? --- Então onde é que os Elementos do Executivo vão buscar mais receitas, inclusivamente até são acusados de repetirem as mesmas despesas, porquê? porque não têm cabimento, não há receita logo não pode haver compromisso, mas o que não pode acontecer é que o Orçamento não faça constar a probabilidade da despesa ser feita, porquê? Porque depende no caso do IC24 de um Órgão que este Executivo não pode influenciar, e condiciona o orçamento, isto é politicamente indiscutível, agora de uma coisa não tem dúvidas é que a dívida de curto prazo a fornecedores baixou no início de 2006 de 21 milhões e meio, vai certamente acabar o ano em 11 milhões e meio, o que quer dizer que houve uma redução efectiva indiscutível de quase 10 milhões, o Senhor Deputado Ventura de Almeida pode muito bem preparar-se para ver se no fim ano, quando discutirem o Relatório e Contas se não fica a dívida de curto prazo em 31 de Dezembro à volta do 11 milhões e meio. -----

Se o Orçamento for chumbado, então assumam o ónus político também porque não ser bons fazedores de opinião e intervenções contra, mas assumam o ónus político de que as funções sociais, nomeadamente, refeições para as EB1 do Concelho, no caso da acção social, habitação, arranjos urbanísticos, meio ambiente, cultura, desporto e também as funções económicas da qual construções e pavimentações que estão plasmadas no documento das cinco Freguesias, e que são da responsabilidade da Câmara, se o documento tiver que ir para duodécimos não é responsável, está preparado para o chumbo, não sabe é se o municípios estão preparados para as consequências. -----

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares**, disse que depois de todas as brilhantes intervenções, depois dos discursos alinhados, dos discursos convenientes, eventualmente não muito para o Poder Local, mas com outros

fins, tentará ser pragmático, será o discurso de alguém que no dia a dia tem que responder perante as pessoas não em discurso mas com obra que é isso que as pessoas esperam. -----

Há um ano lamentou-se da magreza do Orçamento e compreendia que a fartura do ano anterior levava alguma fome no ano seguinte, a magreza continua este ano, e sabem porquê, porque o país está mal e vejam aquilo que o Governo Central está a fazer, não está a fazer a vida fácil, está a tomar um conjunto de medidas que não gostam, mas até concordam, tem que ser assim. -----

As coisas estão mal se não se põem regras, se não se corrige a casa vai abaixo, por isso apesar de não gostarem que eles façam aquilo vão dizendo sim senhor, nunca esperei que eles tomassem estas medidas, a Câmara Municipal de Valongo deve ter uma mina, mas é de lousa, não é de ouro nem de diamantes, e todos querem que ela faça muito, porque as dificuldades aqui não existem, só existem lá, em Valongo está tudo bem, e por isso deveriam ter um Orçamento de alguns milhões a mais. -----

A ajudar a tudo existe uma dívida que não é pequena, que Alfena não ajudou a fazer, porque se tivesse ajudado a fazer a obra estava lá, e agora a dívida haveria de se pagar como se pagam a dos outros, infelizmente Alfena não soube aproveitar os anos gordos, a dívida foi feita a obra ficou nos outros lados e agora têm que ser todos solidários para a pagar, Alfena também tem que pagar, estão solidários para o bem e para o mal. -----

Têm a noção perfeita de que não adianta querer tirar de onde não há, se está mal, está mal para toda a gente, se efectivamente não há vão assumir que não há. -----

O Orçamento e o Plano de Actividades deste ano de facto dizem que não há, gostaria muito de ver muito mais para Alfena, porque todos reconhecem que Alfena está em evolução, tem muita iniciativa privada, e gostariam que o investimento publico complementasse a iniciativa privada, é fundamental que o faça e é fundamental que a Câmara tenha isso em atenção com todas as limitações que tenha. -----

Tem a noção de que no investimento novo Alfena já criou algum equilíbrio este ano, e por isso já não estará tão triste como esteve em anos anteriores em que viu Alfena muito longe dos investimentos de outras freguesias. -----

Na dívida estão muito longe não contribuíram, mas no investimento novo já há algum equilíbrio, é sinal de que há trabalho politico e de que há reconhecimento por parte da Câmara Municipal das necessidades de Alfena. Sabe que a Câmara ouviu todas as forças politicas, também o ouviu e discutiu, porque se fosse para ouvir só telefonavam não valia a pena vir cá não sabe fazer isso. -----

Quando o convidaram para falar sobre o Orçamento entendeu que era para discutir a proposta do Orçamento, se fosse só para lhe dizer que estava tudo feito entregavam os papeis e tudo seguia em frente, por isso na altura

discutiu. -----  
Entendeu quando disseram que tinham falado com todos os Partidos que a ideia tinha sido essa, que tinham discutido com os Partidos e que de alguma forma havia abertura para ouvir as propostas, para acertar alguns pormenores, dentro daquilo que é possível, pelos vistos não, pelo que ouviu a Câmara, e se assim o fez não agiu bem, apresentou um documento final e os Partidos quando vieram limitaram-se a ouvir e não deram contributo, e agora votam contra. -----

Votam contra porquê? Porque não tiveram oportunidade de dar contributo e vão dar daqui por um mês, não entende, tiveram oportunidade de o dar há quinze dias atrás, mas que democracia é que é isso, o Direito da Oposição é conhecer e participar, ninguém é dono da verdade, pensa que o bem estar do concelho, a evolução no concelho, tem que ser uma construção de todos, não é do Partido que ganhou, todos têm que colaborar. -----

Entende que aqueles que ganharam tenham o direito de apresentar a proposta, e depois eles de julgarem se fizeram ou se não fizeram aquilo que prometeram, mas foi neles que o povo confiou, não podem estar a desvirtuar aquilo que o povo disse. -----

Estão no Poder Local mas os discursos que ouviu são discursos encomendados por estratégias nacionais, alguém lá de cima disse é para votar contra, mas não vale a pena é para votar contra, é isso que lhe parece nos discursos tão bem feito, brilhantes, pareceu-lhe que não era Valongo, não eram as cinco Freguesias que estavam em causa, mas seria essencialmente estratégias partidárias definidas a outros níveis. -----

Este discurso pragmático deriva de ser Presidente de Junta, de ter liberdade, é independente, mas sempre foi mesmo quando estava num Partido, e continuará a ser mesmo que um dia esteja num Partido, continuará a ser independente na forma de ser, de estar e de pensar. -----

Acha que têm é que preocupar-se com a população, todos querem mais, de certeza que a Câmara quer mais, todos os Partidos querem mais, ele quer muito mais, não está de forma nenhuma satisfeito com aquilo que estão a dar para Alfena, mas tem a noção da importância do documento, não sendo o ideal, atendendo aos constrangimentos para que a Câmara possa funcionar, e a Junta de Freguesia está dependente do regular funcionamento da Câmara Municipal. -----

Por tudo isso, porque foi ouvido e nessa altura deu o seu contributo, vai votar a favor, na certeza de que continuará a crer muito mais para Alfena, na certeza de que o pouco que está lá é para fazer em 2007, mas quer que a Câmara funcione e por isso não poderia levantar o dedo sem dizer porque é que o faz. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa**, em resposta ao Senhor Deputado Jerónimo Pereira disse há uma coisa que o preocupa nas suas intervenções, é ser rigoroso, e é sempre isso que faz e empenha-se por cumprir esse propósito. -----

Compreende as palmadinhas nas costas que deu ao Senhor Deputado Deolindo Caetano, até se deve sentir confortado com isso, mas não se sente menos confortado com os remoques que lhe mandou. -----

Se o Senhor Deputado Jerónimo Pereira tem dúvidas que a Câmara não cumpriu os compromissos que assumiu o ano passado, aquando da aprovação do Orçamento para 2006. O contrato que foi feito com a Câmara, e foi um contrato formal, consta nas intervenções que fez, consta na Declaração de Voto, foi aquilo que repetiu e por isso é que teve o cuidado de empregar a palavra significativamente, que é isso que lá consta, não inventou nada não tem subterfúgios, não tem coisa nenhuma escondida, é exactamente aquilo que aconteceu. -----

A dívida de curto prazo diminuiu, acredita que sim, é tudo um critério de calcular a dívida, o Senhor Vice-Presidente tem um critério que até pode ser bom para ele em determinada circunstância, fazia-lhe uma pergunta se o Governo concedesse um subsídio para pagar as dívidas das Câmaras, a Câmara de Valongo qual era o valor que ela apresentava, a dívida facturada ou era também os compromissos assumidos? -----

Faz-se uma compra, acerta-se o preço, leva-se para casa e não se leva a factura, e diz não devo nada a ninguém, então o que é que são dívidas, não é aquilo que não se paga pelos bens que se adquire? Esteja factura ou não esteja factura, é um critério, as circunstância em que o Senhor Vice-Presidente se encontra é bonito que seja o critério dele, se lá estivesse não sabe se escolheria esse ou outro mais refinado. -----

Eu não falou na redução da dívida do médio e longo prazo, porque reconhece que a Câmara vai pagando paulatinamente as amortizações e o juro, quanto a isso não disse uma palavra sequer, reconhece, nesse aspecto tem cumprido. -----

Que o Senhor Deputado disse que se o Orçamento for reprovado que os Partidos devem assumir a responsabilidade política, pois assumem, o Partido Socialista nunca esteve sentado no banco dos suplentes, é parte activa em tudo o que diz respeito à Autarquia, e é responsável por isso, responde perante a população sobre as decisões que toma. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças**, disse que ouviu com toda a atenção as intervenções dos Senhores Deputados que o antecederam, particularmente as dos Partidos da Oposição. -----

Nada foi dito de novo em relação ao que estão habituados, notou, particularmente, da intervenção do Senhor Deputado do Bloco de Esquerda a forma subtil de como classificou de ignorante os eleitores ao Concelho de Valongo, ao votarem maioritariamente nos candidatos do PSD/PP, quando na sua opinião estes são uns incompetentes e desvirtuados. -----

Mas, que tenha paciência o Senhor Deputado um dia provavelmente no próximo século terá uma oportunidade, mas ainda bem e felizmente que nessa altura já nenhum dos presentes cá estará para usufruir dessa capacidade. -----

O Senhor **Deputado Alfredo da Costa Sousa**, disse vai tentar simplificar um pouco a discussão e tentar falar do Orçamento e do Plano focalizando a sua intervenção em duas ou três situações. -----

Uma a M606 que liga Alfena a Sobrado, previsivelmente poderá custar um milhão e meio de euros, o grosso do investimento será em 2008, 2009. -----

Passagem desnivelada em Ermesinde mais ou menos um milhão de euros, grosso do investimento em 2007. -----

Via distribuidora em Campo mais ou menos sete milhões de euros grosso do investimento 2008, 2009, 2010. -----

Está-lhe a parecer que é um plano quinquenal e não plurianual, um plano, se calhar, para o sucessor construir no Concelho. -----

Vai votar contra o Plano sobretudo porque será um Plano para ser realizado dentro de cinco, seis, sete anos e não é um Plano para o próximo ano, não é um Plano para um tempo muito curto, têm que estar com o povo, e o povo neste momento precisa de mais, este documento demonstra claramente que é a falência em termos de opções desta Câmara, não há receita porque antes não houve investimento, e não havendo investimento o resto será só despesa corrente. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, disse que havia algumas questões que gostava de explicar, parece que não ficou bem posicionado qual é a sua posição, a posição foi sempre clara durante os anos, julgava que estava tudo esclarecido. -----

Mas já lhe bateram nas costas, amigavelmente julga, já falaram em programas quinquenais. -----

Tem alguns recados para dar, o Senhor Deputado Jerónimo diz que o Orçamento deste ano é uma cópia do ano passado, não percebe porque votam contra, porque se não tirando as devidas proporções, têm um filho e dão a mesada de 40 euros por mês, e o filho anda no 7º ano, no outro ano chega o filho e diz pai queria que me aumentasse a mesada, mas tu não passaste fica exactamente como no ano passado porque tu continuas no 7º ano, não pode ser. -----

Relativamente ao Senhor Deputado Arnaldo Soares julga que não esteve tão atento aos discursos, mas ele esteve atento ao discurso do Senhor Deputado Arnaldo Soares o ano passado e disse que ia votar a favor mas que ia ficar vigilante, e se o vir as obras que foram em Alfena este ano teriam o resultado muito negativo. -----

Relativamente a tudo e à responsabilidade, é que não basta só dizer é preciso que o défice a nível nacional seja reduzido, todos têm que assumir e quem defende este caminho tem que ser consciente e coerente, isto se começa lá em cima e se concordam com a lei das finanças locais, têm que concordar que a Câmara vai ter os seus problemas, todos têm que ajudar a Câmara, isto não é ser responsável então não sabe o que é ser responsável.

Não os assusta quando têm que votar a favor de qualquer Orçamento, são é responsáveis, a critica deles é alguma falta de critério da distribuição das



verbas, e é aí que está o mal, um dos males é aquilo que o Senhor Deputado Jerónimo disse, este ano passado nada foi feito, e outra é a distribuição das verbas que a eles levanta grandes problemas. -----

Era importante que os Senhores Deputados da Assembleia soubessem quais foram as propostas que o PCP levantou na Assembleia da República para o Concelho de Valongo na discussão do PIDAC, na próxima Assembleia se calhar vai trazer-las e mostrar como é que foi a votação em todas as propostas que o PCP apresentou para as obras a serem feitas pela Administração Central para o concelho, qual foi a resposta dos Senhores Deputados na Assembleia da República dos Partidos, não tem a certeza, mas sabe que do outro lado pelo menos foi reprovado, sabe quais foram as posições, estas coisas são claras. -----

Depois quando querem dizer temos que reduzir verbas para os Municípios porque todos temos ajudar um bocado, é preciso que se diga, também defendem isto, não defendem que o vem dito nas Finanças Locais, o critério de endividamento das Câmaras não seja feito como qualquer particular com os bancos. Vão ao banco para fazer um empréstimo e o banco empresta perante o seu património mas, o que está nas finanças locais actualmente não é assim, a Câmara pode ter património para assumir o empréstimo mas não pode porque agora os critérios são outros, por isso quando se diz que não é tanto dinheiro, o problema está nessas situações. -----

Quando se fala no IRS, era bom que tudo ficasse bem claro, porque se diz que as Câmaras podem para trazer investimento, podem baixar o IRS até 3%, ainda não conseguiu saber qual é a proposta final, mas o que é preciso que se diga é que esses 3% são deduzidos à colecta, ou seja no fim do ano, no acerto de contas, todos aqueles contribuintes que descontam do seu trabalho é deduzido a colecta, e toda a gente sabe que as verbas distribuídas das Finanças Locais é IRS, IRC e o IVA são uma verba de 25,3 é isto que faz parte das Finanças Locais. Perante esta verba qual a Câmara que vai deduzir os 3% que tanta falta lhe faz do IRS para trazer mais investimento, claro que não vai fazer nada disso, ainda mais grave que é preciso ser dito à esses 3%, e sabendo como é a dedução à colecta, se o reembolso for inferior a 50 euros ninguém leva nada do Estado, o que quer dizer é que se houvesse esta aplicação da dedução à colecta alguns iam levar muito aqueles que ganham muito, esses é que iam ter alguns benefícios, porque aquele que trabalha por conta doutro essa dedução à colecta não trazia nenhum benefício. -----

Põem-se estas Finanças Locais como sendo uma maravilha mas isso é preciso ser responsabilizado, toda a gente que defende este tipo de financiamento local para o próximo ano tem quer ser responsabilizado e tem que ajudar a Câmara, não tem problema nenhum em dizer que está pronto para ajudar a Câmara, mas todos têm que ter essa responsabilidade. -----

Agora não vão é andar com o medo dos duodécimos porque se é assim, então alterarem a Lei das Autarquias, a Câmara aprova e não tem nada que

vir à Assembleia Municipal, porque há o perigo dos duodécimos, até que os duodécimos não é esse papão, a Câmara a funcionar por duodécimos tem mais verbas, cerca de 3 milhões de euros, até vai ter mais dinheiro para funcionar em 2007. -----

Foram chamados e foi-lhes dado o documento, julga que não vai cometer nenhuma inconfidência mas gosta das coisas muito claras, foi dito pela CDU - do documento que cá está quais são as oportunidades e as hipóteses que nós temos de fazer alterações - não lhes foi dada essa oportunidade, essa é a realidade, se lhes for dada essa oportunidade, julga que nem é preciso dar, o seu discurso que não foi político foi um discurso com coisas concretas, está na Mesa, estão as propostas, podem estudá-las e quando quiserem conversar com estão prontos. -----

O Senhor **Deputado José Carvalho da Rocha**, disse que não tinha intenção de intervir. -----

Mas ficou estupefacto pelo seguinte, o Senhor Deputado Arnaldo disse uma coisa que o deixou bastante triste, que foi ouvido e que deu o contributo para o Orçamento, e muito bem, só que ele não foi ouvido. -----

Tem o mesmo estatuto, de Presidente de Junta, é Presidente de Junta do Concelho de Valongo e gostava de ter sido ouvido, até pelo facto se calhar se tivesse sido ouvido o seu sentido de voto seria outro. -----

Não foi ouvido na altura própria como é costume todos os anos que se manda as obras que são precisas nas Freguesias, que entendemos que sejam precisas, algumas são contempladas outras não, como também já foi há sempre alguns adornos e no Orçamento de Campo também tem alguns adornos, só que quando a Câmara precisa, ou as Entidades precisam, das pessoas para viabilizar qualquer situação lembram-se delas, quando não precisam não se lembram. -----

Portanto, deviam se ter lembrado que são cinco Presidentes de Junta, e embora esteja vinculado a um Partido, ele e o Senhor Deputado Oliveira, têm um papel activo porque têm que defender as nossas populações e a Freguesia. -----

Neste orçamento aquilo que está planeado, ou a intenção de se fazer, não vem ao encontro das suas pretensões, há algumas lacunas que não foram contempladas e a Câmara Municipal é que manda no Orçamento não são as Juntas. -----

Quando se diz que se está em crise efectivamente estão em crise, e quando estão a dizer que querem mais obras, a Freguesia de Campo precisa de obras mas também entende que a Câmara está em crise, há coisas pequenas. Quando não há dinheiro têm que tentar fazer as coisas, fazer o mesmo se possível mais com menos dinheiro, quando não há dinheiro vão ver o que é que precisam de fazer. -----

Há ruas no concelho que é só buracos, Campo tem uma lacuna muito grande daqui põe três ou quatro anos precisam de um Centro de Saúde, de um terreno que não têm, a Câmara Municipal pode dizer não temos dinheiro mas

vamos discutir, e era isso que ele queria neste momento, teria outro sentido de voto. -----

Quando o Senhor Deputado Jerónimo diz que não vai haver comida para os meninos na cantinas não vão entrar por aí, vão ter que assegurar, também está à frente de uma Junta de Freguesia e se o Orçamento não for aprovado, em principio tem que negociar com toda a gente, nunca teve maiorias, está à vontade para dizer isto, por outro lado quando não há vão tentar esticar e cortar naquilo que é supérfluo. -----

Também queria esclarecer uma situação o investimento que está em Campo é 60% do Estado, é da Refer ou da CP, o investimento que está em Campo é de uma multinacional. -----

O Senhor **Deputado Carlos Alberto Oliveira Magalhães Basto**, disse ao Senhor Deputado Jerónimo que são pessoas adultas, não são pessoas que sejam facilmente coagidos, não é pelo facto do Orçamento que os meninos não vão ter de comer nas cantinas, que as coisas não vão ser feitas, aliás já foi dito que é possível funcionar-se com duodécimos. -----

Em relação ao preto e branco o Bloco não vê a vida a preto e branco de forma alguma, têm uma concepção social extremamente grande sabem o que querem e são responsáveis, agora o que não vêm tudo cor de rosa, isso é que não. O Concelho de Valongo também não o disse é verdade, no Concelho de Valongo se não é cinzento é um bocadinho mais claro, pelo menos para uma determinada camada social da qual têm ido lá e eles têm vindo ter com eles. Têm o caso, aliás têm seis ou sete casos que são as pessoas que vêm ter com eles a pedir auxilio, e aí a questão é muito negra, é negra a situação das crianças dois, três e cinco anos com famílias a viver em situações extremamente terríveis, crianças a tentarem se suicidar porque não têm outros meios, é assim que vêm uma parte do Concelho de Valongo e essa é negra, o Bloco vê essa parte e chama a atenção, mas não vêm tudo de negro, há aspectos positivos. -----

Em relação ao Senhor Deputado Albino Poças não chamou, não chama, mas se tiver que chamar não tem qualquer problema, de incompetentes ou incapazes, o que não faz é insinuações como aquelas que o Senhor Deputado Albino Poças já fez em relação aos Deputados que recebem senhas de presença, isso é que ele não faz, insinuações dessas pode ter a certeza que não faz. Se tiver que dizer que os Senhores Deputados estão-se a aproveitar de uma situação para ganharem dinheiro ele diz, agora insinuações não as faz, tem pelo menos mais carácter nesse aspecto. -----

Em relação ao Senhor Deputado Arnaldo não sabe se é privilegiado ou não no Direito de Oposição, quando foram reunir com o Senhor Vice-Presidente foi-lhes atirado para a frente um monte de números, mesmo assim apresentaram sugestões, prioridades, aquilo que devia ser a prioridade da Câmara, e ainda hoje não receberam o documento da Câmara, o Bloco de Esquerda ainda hoje não recebeu o documento da Câmara, há uma situação privilegiada do Senhor Deputado Arnaldo, não conseguem discutir nas

reuniões o que quer que seja. Primeiro não têm o documento e depois os números são atirados de tal forma que é completamente impossível. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo**, disse que sem Orçamento não há verbas para investimento, portanto novas escolas, a nova escola projectada para os Lagueirões e cujo primeiro auto de medição terá que ser pago até ao dia 28 de Fevereiro e que tem uma candidatura já aprovada, a candidatura caíra, e isto é grave é uma coisa que inclusive é para fazer cumprir o que o Ministério da Educação pretende, que sem orçamento vai acontecer. -----

É uma responsabilidade extremamente grande para quem na realidade tomar uma atitude dessas. -----

Os subsídios para os bombeiros não haverá, os novos cemitérios vão ao ar, há todo um conjunto de situações que as quais alerta, os Senhores Deputados farão aquilo que entenderem e eles têm que aceitar. -----

É um problema que considera extremamente grave porque quem vai sofrer são as populações, não podia deixar de alertar a situação. -----

Foi falado a questão da via distribuidora de Campo, a via distribuidora de Campo está dependente de uma decisão do Ministério do Ambiente, o Ministério do Ambiente tem que definir qual é o canal para o IC24-A41, que implica que a zona industrial de Campo possa ser considerada de utilidade pública, neste aspecto faz um apelo aos Partidos, nomeadamente ao Partido Socialista que está que é Governo, que isto era fundamental, se fosse considerada aquela zona industrial de utilidade pública as expropriações podiam-se fazer sem ter que seguir a via judicial, que é sempre extremamente morosa. -----

Outra situação é que a passagem em Ermesinde, de via férrea, que estava previsto que seria eliminada, não poderá ser feita se o Governo não entrar com a parte que lhe compete, a Câmara não tem capacidade para fazer uma via inferior, uma passagem subterrânea. O Governo comprometeu-se, a Senhora Secretária de Estado disse que o Governo era uma Entidade de bem, eles acreditam que sim, que seja uma Entidade de bem, portanto estão esperançados em vai entrar com a participação que a Direcção Geral dos Transportes Terrestres disse que não ia ser possível porque não tinha dinheiro, houve um compromisso mandou avançar com a adjudicação têm esperança que venha a ser realizado. -----

Acredita que algumas coisas se possam fazer, e que todos os Senhores Deputados que representam diferentes Partidos estão conscientes disso, e estão interessados no bem do Concelho, não tem dúvidas disso, simplesmente muitas vezes não se seguem os caminhos melhores, e por isso quis alertar para algumas situações que vão acontecer se não tiverem Orçamento. -----

O Senhor **Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós**, disse que estão a discutir o Orçamento e não uma Prestação de Contas do ano

2006, portanto é extemporâneo falar de valores e grandezas que a seu tempo serão trazidos à Assembleia. -----

Como referiu a dívida em 31 de Dezembro de 2005 era de 15 milhões 953 mil, em 30 do 11 de 2006, perante o relatório financeiro elaborado a 30 de Novembro de 2006, era de 12 milhões 718 mil 191,68, com a diferença que referiu de 25% menos do que no principio do ano. -----

Se o valor do programa Polis, que está fechado, definitivamente, com a CCDRN, vier a ser pago como está prometido até ao final do ano, chegam ao fim do ano com a dívida perto dos 11 milhões e meio de euros. -----

A dívida a curto prazo contribui para a determinação da capacidade de endividamento da Autarquia, como se compreende que a dívida a curto prazo que tem, hipoteticamente, aumentado, como é que se compreende se a capacidade de endividamento comunicada da Administração Geral da Administração Local, o Orçamento mensalmente tem vindo a registar sucessivamente uma valorização positiva, ou seja tem vindo a aumentar mensalmente, cifrando-se presentemente no montante que Autarquia pode contratar de 1 milhão 597 mil 138 euros, se contabilizarem o valor do rateio que o ano passado foi comunicado, que a Autarquia também podia utilizar e que não utilizou, que foi do montante de 1 milhão 353 mil 754 euros, se somarem as duas verbas a Autarquia poderia hoje ter uma capacidade de endividamento de 2 milhões 950 mil 892 euros, então como é que se compreende que a dívida de curto prazo tenha baixado. -----

Relativamente ao Senhor Deputado Casimiro lembra-lhe que o Orçamento aprovado para o ano de 2006, balizou-se por três promessas, a dívida a curto prazo reduzir a 10% ao ano, uma auditoria externa e maior investimento, a dívida a curto prazo está aí a resposta para ela, a auditoria externa está feita, foi aproveitada uma auditoria de certificação de um determinado departamento da Câmara e com as mais valias daí advenientes extrapolaram para o Organigrama, que estão hoje a apresentar, e daí na sua execução plena, vão ver o que é que daí advirá como mais valias, a seu tempo se verá.

Que o Senhor Deputado Casimiro Sousa referiu o exemplo - se o Senhor Vice-Presidente tivesse um empréstimo do Governo, uma dívida do Governo, o Senhor mencionava a dívida facturada ou a cabimentada, ou a de compromisso - certamente que escolhia a de compromisso, mas há o principio da especialização dos exercícios, o POCAL atira para aí, o que quer dizer que cada exercício tem a sua especialização e as suas contas, e as contas são as que em 31 de Dezembro se souber em que a dívida é efectivamente da Câmara, portanto andou mal nesse aspecto. -----

Não discute mais a dívida a curto prazo porque pensar que a dívida a curto prazo se mede com o Orçamento, ou com o cabimento, ou com o compromisso, ou com a despesa efectivamente feita, estão conversados não diz mais nada sobre isso. -----

Custos com o pessoal, em 2006 as remunerações certas e permanentes, ou orçamentadas, foram 9,689 milhões de euros, os abonos variáveis, ou

eventuais, foram de 497 mil e 060 euros, a segurança social que a Câmara orçamentou foi de 2,04 milhões de euros, estão a falar em 12,145 milhões de euros. Em 2007 têm orçamentados 9 milhões 988 mil euros, comportado um valor de 288 mil 327 euros que é uma dívida à ADSE que se foi constituindo, se expurgarem a dívida à ADSE incluída no montante inscrito no Orçamento, o valor líquido é 9 milhões e 700 afecto à despesa com remunerações certas e permanentes, é superior em 10 mil 333 euros do valor das remunerações orçamentadas para 2006, o aumento de vencimentos que houve na Câmara está computado 1,5% do aumento para a função pública deste ano. -----

Neste contexto a Câmara teve ganhos financeiros, os abonos variáveis e eventuais há uma diferença de 497 mil euros para 362 mil euros a menos para o ano 2007, e a segurança social passou de 2,004 milhões para 2 milhões 571 mil por uma razão muito simples, o Governo resolveu aumentar as contribuições da Caixa Geral de Aposentações em 2%, o aumento para a Caixa Geral de Aposentações a diferença são 195 mil euros e para a Segurança Social são 36 mil euros, e ainda têm as despesas de saúde, que a Câmara também tem doentes, aumentaram de 2006 para 2007 em 85 mil euros, tudo dá a quantia de 316 mil euros, se compararem os números vêm como é que as coisas evoluíram. -----

Aquisição de bens e serviços em 2006, viu escritos uns números numa reunião de Câmara só apanhou um certo, e por aproximação. A Câmara propôs-se gastar em 2006, 3 milhões e 56 mil euros na aquisição de bens ou serviços e 14 milhões 229 mil euros em aquisição de bens o número mais pequeno e aquisição de serviços o maior, houve um aumento relativamente a 2005 de 14,3%, mas o aumento para 2007 é só 3,5 %, o valor total são 17 milhões 917 mil e 551 euros, isto é o orçamentado porque se for o realizado é muito diferente, em 2006 do orçamentado 17 milhões 286 mil, para já só gastaram 12 milhões 931 mil, têm mais em compromisso de 1 milhão 956 mil se somarem ao de cima não chegam nem de longe nem de perto lá, há aquele número que falou que estava naquela declaração de voto. -----

A percentagem de despesa corrente total em 2006 e 2007, aumenta de 2006 para 2007 em 3,25%, se falarem na realizada e efectiva são os números que deu. -----

Ouviu falar se por ventura o Orçamento não for aprovado. Como é feita a gestão da Câmara na falta de Orçamento aprovado é apenas e só possível atender às despesas correntes do Município, o critério de definição de despesas correntes é muito subjectivo, e o Tribunal de Contas é muito criterioso e exigente neste aspecto, a responsabilidade pessoal e financeira é uma realidade e dificilmente o assumir de quaisquer despesas que haja dúvidas, se subsistirem dúvidas no assumir de quaisquer despesas quanto à sua classificação seguramente pessoalmente não assumirá quaisquer responsabilidades de gestão. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação o ponto 4.1. Orçamento e Grandes Opções do Plano da

Câmara, para o ano 2007, sendo reprovado por maioria com quinze votos a favor sendo catorze votos a favor do Grupo Municipal do PSD/PP e um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares, e dezassete votos contra sendo catorze votos contra do Grupo Municipal do PS, dois votos contra do Grupo Municipal da CDU e um voto contra do Grupo Municipal do BE, foram apresentadas Declarações de Voto pelo Grupo Municipal do PS anexa à presente acta como Doc.5 e pelo Deputado José Manuel Pereira Ribeiro anexa á presente acta como doc.6. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro**, fez a leitura de uma Declaração de Voto que se anexa à presente acta como Doc.6. -----

A Senhor **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação a continuação da presente reunião em virtude de se terem ultrapassado as três horas previstas no Regimentos, sendo aprovado por unanimidade a sua continuação. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 4.2. Orçamento e Grandes Opções dos SMAES para o ano 2007, não se verificaram intervenções relativamente a este ponto sendo aprovado por maioria com dezassete votos a favor sendo catorze votos a favor do Grupo Municipal do PSD/PP, dois votos a favor do Grupo Municipal da CDU e um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares e quinze abstenções sendo catorze abstenções do Grupo Municipal do PS e uma abstenção do Grupo Municipal do BE. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto 4.3. Lei das Comunicações electrónicas – Estabelecimento e fixação da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), nos termos do n.º 2 do artigo 106º da Lei n.º 05/2004, de 10 de Fevereiro, a vigorar em 2007. -----

O Senhor **Deputado Manuel Sousa da Silva Cavadas**, fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.7. -----

O Senhor **Deputado Carlos Alberto Oliveira Magalhães Basto**, fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.8. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, fez a leitura de uma Proposta que se anexa à presente acta como Doc.9. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação a admissão da Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU anexa à presente acta como Doc.9, sendo aprovado por unanimidade a sua admissão. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar**, solicitou um esclarecimento ao Senhor Deputado que apresentou a proposta porque terá alguma informação que ele não tem, qual foi a proposta da Câmara em suspender, em que termos é que a Câmara Municipal de Valongo terá proposto isso porque ele desconhece. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, disse que a Câmara propôs a aplicação da taxa. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa**, disse que queria fazer um reparo à proposta, julga que não se pode propor que a Câmara elimine a

taxa, poderá propor que não aplique a taxa, agora eliminar. Não sabe qual é o âmbito que o Senhor Deputado Deolindo Caetano atribui à palavra, se elimina acabou de vez, não há mais taxa. -----

Agora, não aplicar a taxa este ano fica o caminho aberto para aplicar para o próximo ano, ou daqui a algum tempo, é essa a sugestão que dá, que seja feita uma correcção que lhe parece que tem que ser feito na proposta. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, disse que não foi nenhum erro ortográfico, e até teve discussão o texto, em politica tem que haver alguma astúcia. -----

Como o Partido Socialista o ano passado apresentou, estavam à espera e o Senhor Deputado Casimiro veio dizer que o Partido Socialista é a favor que a taxa se mantenha, por isso é que apresentou a taxa, o ano passado, não de eliminação mas de 0%. -----

Nas palavras do Senhor Deputado Casimiro que depreende é que é a favor da taxa, que era isso que ele queria essa explicação do Partido Socialista.

O Partido Socialista é a favor que a taxa se aplique, seu Partido na Assembleia da República apresentou uma proposta não de eliminação da taxa, são a favor da taxa, mas que a taxa seja paga pelas empresas, o Partido Socialista na proposta que foi apresentada na Assembleia da República chumbou a proposta, diz que vai estudar, ver o impacto, isto foi uma questão de clarificação. -----

O que está escrito diz - conforme o proposto pela Câmara de Valongo - foi ou não na Ordem de Trabalhos discutir e votar propostas da Câmara Municipal, foi a Câmara no ponto 4.3 da ordem de trabalhos, discutir e votar propostas da Câmara Municipal e a proposta é esta – Lei das comunicações electrónicas a aplicar em 2007 - é no âmbito que a aplicação das taxas propostas para 2007, pela Câmara, não seja aplicada, seja eliminada a taxa em 2007, se querem pôr lá que não seja aplicada também essa concebe, mas intenção foi para ver esse esclarecimento. -----

A proposta da Câmara é que seja aplicada, a taxa é facultativa e poucas Câmaras a aplicam, a proposta é que seja eliminada a aplicação da taxa por a Câmara em 2007 no Município de Valongo. -----

Aceita a proposta que passe a ser que não seja aplicada esta taxa em 2007. -

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar**, disse que o que vem à Assembleia Municipal para votarem é o estabelecimento e fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, não é a eliminação, a suspensão, é estabelecimento e fixação da taxa. -----

O Senhor **Deputado Luís Teixeira de Azevedo**, disse que não vem com o intuito de resolver a questão, mas relacionado com o assunto vai lançar um desafio. -----

É que, de uma vez por todas, se esclareça à luz da Lei 169/99, de 18 de Setembro, se esclareça aquilo que a Assembleia não pode contra propor e aquilo que pode contra propor. -----



Sabe que o Orçamento, Plano, não pode, está lá explicito, não pode fazer contra propostas, mas neste caso não lhe parece que esteja lá que não pode propor, portanto dá razão ao Senhor Deputado Deolindo Caetano, pode propor a eliminação da taxa. -----

De uma vez por todas, tem sido sempre um pomo de discórdia a interpretação da lei 169/99, há uma série de alíneas que definem aquilo que a Assembleia não pode contra propor, o resto por dedução pode. -----

O Senhor **Vereador Paulo Miguel da Silva Santos**, disse que aquilo que se está a propor da maneira como está formulado pela CDU, configura uma usurpação de poderes, porque a Assembleia Municipal não tem Poder Legislativo para propor a eliminação de uma taxa, que está consagrada legalmente pelo Órgão da República, que aprovou a existência dessa taxa, que é a Assembleia da República. -----

Portanto o que a Assembleia Municipal, na sua perspectiva, pode fazer é aprovar uma taxa zero, uma taxa 0,25 ou uma taxa 1%, conforme entenderem, agora eliminar uma coisa que está consagrada legalmente não pode ser eliminada. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, disse que está no preâmbulo da proposta diz, que a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Valongo, a proposta é para aplicar em 2007 e aquilo que propõem é que essa taxa aplicada em 2007, não vale a pena estar a mistificar com Poder Legislativo, é bem clara que a proposta da Câmara Municipal presente a taxa que está proposto a aplicar em 2007 seja eliminada essa taxa, em 2007, não estão a usurpar nenhum poder. -----

No caso concreto vai votar contra a aplicação da proposta, se vai votar contra a aplicação da proposta digam-lhe se é diferente, ou contrário, ao que está, a proposta não vai ser eliminada em 2007, a sua aplicação? -----

De seguida retirou a proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU anexa à presente acta como Doc.9. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar**, disse que para além da questão política para quem faz muitas sugestões a incluir no orçamento, as sugestões que ouviu são só do lado da despesa, porque agora quando se fala de receitas pretende-se chumbar as receitas. -----

Que se Senhor Deputado leu o documento que lhe foi enviado pela Câmara, a não ser que esteja mal feito, o ponto n.º 2 da alínea b) diz que o percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por cada Município até ao fim do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência, e não pode ultrapassar os 0,25, ou seja não é fixo, não pode ultrapassar os 0,25, pode ser zero, 0,1, não pode ultrapassar os 0,25. -----

Portanto aquelas duas intervenções que houve antes do Senhor Deputado, e que o Senhor Deputado corrigiu, tem que ser corrigida porque está escrito e supõem que reflecte a lei, diz que é um percentual que não pode ultrapassar os 0,25, diz também que a Associação Nacional de Municípios Portugueses sugeriu a aplicação do valor máximo. -----

Portanto, estão perante uma taxa variável, e que pode variar entre 0% e 0,25%, têm é que definir, a proposta da Câmara é que seja de 0,25%, e o que têm a fazer é votar a favor ou contra. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação o ponto 4.3. Lei das Comunicações Electrónicas – Estabelecimento e fixação da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), nos termos do n.º 2 do artigo 106º da Lei n.º 05/2004, de 10 de Fevereiro, a vigorar em 2007, sendo reprovado por maioria com quinze votos a favor sendo catorze votos a favor do Grupo Municipal do PSD/PP e um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares, e dezassete votos contra sendo catorze votos contra do Grupo Municipal do PS, dois votos contra do Grupo Municipal da CDU e um voto contra do Grupo Municipal do BE, foi apresentada uma Declaração de Voto do Grupo Municipal do PS anexa à presente acta como Doc.10. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 4.4. Regulamento Municipal do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros – Proposta de alteração da redacção do ponto 1 do artigo 9º não se verificaram intervenções relativamente a este ponto sendo colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto 4.5. Alteração do Organigrama e Organização dos serviços – Aprovação. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar**, fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.11. -----

O Senhor **Deputado Luís Teixeira Azevedo**, disse que o Senhor Deputado João Paulo Baltazar com certeza que não leu o mesmo Organograma, durante a sua vida profissional passou por diversas delegações numa empresa, Bancos, eu não vi o Organograma do Senhor Deputado João Paulo Baltazar. -----

Começando por dizer, apresentado não se vislumbra que os pressupostos enunciados como imperativos, desburocratização, agilização dos serviços, racionalização, eficiência dos recursos. -----

Segundo uma macro estrutura existente dará lugar a outra macro estrutura com outro figurino, exemplo disso a eliminação de dois departamentos e a criação de dois gabinetes e um serviço equiparados a departamentos. Se atenderem que a funcionalidade dos serviços camarários deve dirigir-se aos Municípios, que há longa data, ou recentemente, os serviços básicos que lhe são prestados, nomeadamente fornecimento de água de saneamento, recolha de lixos domésticos, limpeza de arruamentos, etc., passaram para empresas concessionárias, que a Câmara Municipal reduziu a prestação de serviços directos aos Municípios, onde se reflecte isso na nova estrutura orgânica? -----

Quarto, não se vislumbra que na construção da nova estrutura se tenha efectuado uma levantamento das tarefas existentes, identificação

fundamental para a persecução dos objectivos pretendidos.,  
desburocratização e agilização dos serviços. -----

Cinco, o documento denota que a preocupação, e ao invés do que deveria  
efectuar-se, criar ou manter unidades de gestão prontas a absorver quase  
todo o quadro de pessoal com funções de chefia. -----

Seis, seria razoável que se conhecesse o número actual de funcionários, de  
todos os trabalhadores com vínculos contratuais não abrangidos pelo sistema  
do funcionalismo público. -----

Sete, salvaguarda que não advogam qualquer tipo de despedimento, antes  
uma racionalização de meios e concomitantemente a sua requalificação  
através de acções de formação, onde os serviços de recursos humanos terá  
um papel primordial, não concebem formação fora da responsabilidade de  
uma RH. -----

Resumindo: -----

Um, a estrutura proposta não tem alcance de futuro, não contempla o  
benefício das novas tecnologias, não quantifica redução de custos a curto, a  
médio ou longo prazo, pela cessação de funções de quadros passagem de  
situações a reformas, transferência ou não renovação do contrato. -----

Dois, entendemos que em qualquer dos três níveis da estrutura seria possível  
e desejável um emagrecimento a começar no primeiro nível e  
preferencialmente no terceiro, neste a estrutura é demasiado pesada e  
repetitiva em relação a secções e sectores, e é por aqui que se pode perder a  
funcionalidade e a desburocratização que desejam, pois são estas secções e  
sectores que servem como porta de entrada das munícipes, mesmo  
admitindo que a porta principal é o gabinete do munícipe. -----

O Senhor **Deputado Carlos Alberto Oliveira Magalhães Basto**, fez a leitura  
de um documento que se anexa à presente acta como Doc.12. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, disse que relativamente a  
este assunto o que têm a dizer é que acham de oportuno um documento que  
foi feito por uma entidade que está certificada para fazer este tipo de  
trabalho, quem trabalha em grandes empresas sabe que isto é o normal, é o  
dia a dia, um bom negócio. -----

Estão de acordo que isto seja feito, julga que é a primeira vez que a Câmara  
leva a cabo este estudo, e por isso nós estamos de acordo que isto seja feito.  
Houve algumas explicações, e as explicações, quando se diz que houve  
muitas reuniões para explicar isto, também temos que explicar aquilo que nos  
foi dito, é que aquilo que estava em causa neste Organigrama, aquilo que foi  
dito, é que o documento é essencialmente para acabar com dois directores,  
era um pequeno arranjo, nas conversas que foram tendo. -----

Na segunda-feira receberam em casa aquele volumoso documento, para dar  
resposta a um documento daqueles achava que o tempo não era suficiente  
para analisar um documento daqueles, mas depois foram dadas mais  
explicações e o fundamental daquele documento, julga que é um plano de  
intenções. -----

O documento que foi enviado para preparar a Assembleia não é mais do que um plano de intenções, abrange todos os serviços e aquilo que foi explicado é que numa primeira fase é para redimensionar um serviço, julga que o serviço de urbanismo. -----

Mas, há uma falha, e que também tem que ser medido, já ouviu na Assembleia que tudo aquilo que se faz tem que ser medido, a sua eficácia, o seu ganho de produtividade, e o ganho de produtividade aqui é se os Municípios com este Organograma vão ficar mais bem servidos no seu atendimento dos serviços que precisam que a Câmara preste. -----

Com a promessa que de numa próxima Assembleia este debate vai continuar, também estão preparados para algo que vai ser proposto e a sua posição já poderá ser outra. -----

Da análise que fizeram do documento acham que é um plano de intenções, não vai no seu ponto de vista, não vai criar nenhuma catástrofe nos serviços da Câmara de Valongo, estão de acordo que seja feito esse estudo e que seja implementado, não têm grandes objecções perante o documento e aquilo que lhes foi dito é que era para reorganizar um serviço, e o documento não é mais do que um plano de intenções, estão vigilantes para a sua aplicação. -----

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares**, disse que em qualquer empresa, e também na Câmara Municipal de Valongo com o quadro de pessoal, como aquele que tem a gestão de recursos humanos será naturalmente uma das suas grandes dificuldades, neste ponto da discussão está em desvantagem, porque ninguém lhe explicou nada, ninguém de forma formal a empresa ou fosse o que fosse lhe deu qualquer explicação, foi confrontado com aquele monte de papeis. -----

A empresa que a cada Partido deu uma explicação da filosofia base que teve para elaborar as alterações ao Organograma ele não teve conhecimento delas. -----

Leu mais ou menos o documento não conseguiu aperceber-se em profundidade de todo o alcance das alterações que são propostas, mas de alguma forma percebeu que o objectivo final era uma melhor eficiência era servir melhor o Município. -----

Aquilo que falaram da racionalização passará de certeza por uma utilização muito racional dos recursos humanos na Câmara Municipal de Valongo. -----

O Organograma é importante, mas acha que há uma coisa muito mais importante do que o Organograma, que é a motivação das pessoas que participação em tudo isto. -----

São projectos o resultado vai ser levado à prática por pessoas, espera que a gestão dos recursos humanos seja feita de uma forma muito eficiente, porque aí é que vão ver os resultados finais de tudo, põe o ênfase nas pessoas é o maior capital que qualquer empresa pode ter, irá votar favoravelmente o Organograma. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação o ponto 4.5. Alteração do Organigrama e Organização dos serviços – Aprovação, sendo aprovado por maioria com dezassete votos a favor sendo catorze votos a favor do Grupo Municipal do PSD/PP, dois votos a favor do Grupo Municipal da CDU e um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares e quinze votos contra sendo catorze votos contra do Grupo Municipal do PS e um voto contra do Grupo Municipal do BE, foi apresentada uma Declaração de Voto pelo Grupo Municipal do PS anexa à presente acta como Doc.13. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 4.6. Actualização da tabela de taxas anexa ao Regulamento da Liquidação de Taxas relativas à realização de Operações Urbanísticas de Edificação e Urbanização. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa**, disse que queria fazer uma declaração prévia à aprovação das taxas que são apresentadas para discussão e votação. -----

A actualização da tabela de taxas anexa ao regulamento da liquidação e cobrança das taxas relativas à realização de operações urbanísticas de edificação e urbanização para o ano de 2007; actualização das taxas previstas na tabela de taxas pela concessão de licenças e prestação de serviços municipais, para vigorar no ano 2007; actualização das taxas devidas pela ocupação de lugar privativo de estacionamento. -----

As Autarquias Locais têm um Poder Regulamentar próprio, conferido pela constituição, com a exigência do absoluto respeito pelo princípio da legalidade. -----

A lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, define o Órgão competente e o objecto do Poder Regulamentar, e assim atribui à Assembleia Municipal competência para aprovar, sob proposta da Câmara, posturas e regulamentos do Município com eficácia externa. -----

Está desta forma definida a competência de cada um destes Órgãos Municipais, e não consta na lei que qualquer deles possa delegar no outro as competências que lhe são próprias. -----

Parece não restarem dúvidas de que no que respeita a posturas e regulamentos do Município com eficácia externa, compete à Câmara apresentar as propostas e à Assembleia Municipal aprová-las, sabe-se que não tem sido essa a prática seguida na Autarquia, na medida em que a Assembleia Municipal não se tem pronunciado sobre esta matéria. -----

Os Vereadores do Partido Socialista têm vindo, há já algum tempo, a alertar o Executivo desta ilegalidade, parece que finalmente lhe deram ouvidos, e daí tenha sido submetido à Assembleia Municipal a aprovação das actualizações das taxas acima referidas. -----

Vão requerer os bons ofícios da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, para remeter à Câmara um pedido de levantamento das situações previstas nas alíneas a), e) e j) do n.º 2 do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, que obrigatoriamente tem que ser submetidas à aprovação

desta Assembleia, entregando de seguida um Requerimento à Mesa anexo à presente acta como Doc.14. -----

O Senhor **Deputado Luís Teixeira Azevedo**, fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.15. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação o ponto 4.6. Actualização da tabela de taxas anexa ao Regulamento da Liquidação de Taxas relativas à realização de Operações Urbanísticas de Edificação e Urbanização, sendo aprovado por maioria com dezassete votos a favor sendo catorze votos a favor do Grupo Municipal do PSD/PP, dois votos a favor do Grupo Municipal da CDU e um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares e quinze votos contra sendo catorze votos contra do Grupo Municipal do PS e um voto contra do Grupo Municipal do BE, foi apresentada uma Declaração de Voto pelo Grupo Municipal do PS anexa à presente acta como Doc.16. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 4.7. Actualização das taxas previstas na Tabela de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais, para vigorar no ano de 2007. -----

O Senhor **Deputado Luís Teixeira Azevedo**, fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.17. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, disse que a sua intervenção é para clarificar qual é a posição sobre as taxas. -----

A primeira taxa que passou era para ser aplicado em actividade privadas e não ao pequeno consumidor, é para empresas, se fosse para aplicar ao Município em geral certamente que estariam em desacordo com o valor da taxa. -----

Relativamente às taxas que estão agora a discutir, elas são baseadas na estatística da inflação para o próximo ano, perante isso, ou perante um aumento dos transportes que este ano teve dois aumentos, teve um aumento de cerca de 10%, a electricidade que vai ter 6%, só para explicar de viabilizar ou não viabilizar uma proposta destas, se é a actualização da inflação gostava de ter argumentos, se fosse possível ninguém pagava taxas, não havia lei não havia nada, seria o paraíso ideal. -----

Não gosta de levantar o braço de uma maneira ou doutra e não explicar, votar contra uma taxa, votar contra uma taxa em que é a aplicação da inflação não é muito coerente. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação o ponto 4.7. Actualização das taxas previstas na Tabela de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais, para vigorar no ano de 2007, sendo aprovado por maioria com dezassete votos a favor sendo catorze votos a favor do Grupo Municipal do PSD/PP, dois votos a favor do Grupo Municipal da CDU e um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares e catorze votos contra sendo treze votos contra do Grupo Municipal do PS e um voto contra do Grupo Municipal do BE, foi apresentada

uma Declaração de Voto pelo Grupo Municipal do PS anexa à presente acta como Doc.18. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 4.8. Actualização das taxas devidas pela Ocupação de Lugar Privativo de Estacionamento, não se verificaram intervenções relativamente a este ponto sendo colocado à votação e aprovado por maioria com dezassete votos a favor sendo catorze votos a favor do Grupo Municipal do PSD/PP, dois votos a favor do Grupo Municipal da CDU e um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares e catorze abstenções sendo treze abstenções do Grupo Municipal do PS e um abstenção do Grupo Municipal do BE. -----

Colocou de seguida à apreciação o ponto 5. Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, disse que a única questão e alguma dúvida que poderá haver para o ano, é que estes balanços vão ser feitos com os duodécimos, e aquela afirmação que foi dita - que eu não assino nada – lembrou que em 2005 a Câmara Municipal de Lisboa funcionou com duodécimos, não tem conhecimento que tivesse fechado nenhum teatro, os seus espectáculos foram feitos, o Benfica e o Sporting não tivessem os seu subsídios. -----

As coisas quando são postas, os exemplos também estão claros e a Câmara de Lisboa e actualmente aquilo que foi afirmado pelo Senhor Presidente da Câmara de Lisboa, se fosse chumbado o Orçamento este ano não havia problema funcionava com duodécimos, está menos débil, enfim dar mais algum conforto que isto também não vai ser o fim do mundo. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou novamente à discussão o período Antes da Ordem do Dia. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças**, disse que para quem esteve atento ao desenrolar dos trabalhos da Assembleia, e penso que todos os presentes, quer os Senhores Deputados quer os Senhores Municípes, tiveram conclusões muito interessantes, assistiram a situações e posições inéditas, por exemplo a Senhora Presidente autorizou uma intervenção a um Senhor Deputado quando o assunto em questão já estava encerrado, abrindo um precedente, que pode no futuro arrastar algumas dificuldades na orientação dos trabalhos. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, disse que estão no Período Antes da Ordem do Dia, portanto é sobre esses assuntos que o ponto se vai referir. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças**, disse que prescindia da palavra, mas que a Senhora Presidente repare na posição que tomou em relação ao Senhor Deputado de que falou, e em relação à posição que está a tomar em relação à sua pessoa, deixa ao critério da Assembleia, e de todos os presentes, a forma arbitrária como a Senhora Presidente orienta os trabalhos. -----

Desejou a todos um Bom e Santo Natal e que o ano de 2007 traga mais serenidade e mais discernimento a quem executar trabalhos de alguma responsabilidade. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**: colocou à votação a aprovação em minuta dos pontos 2, 4.1, 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, 4.6, 4.7 e 4.8 da ordem de trabalhos sendo aprovado por unanimidade. – Desejou a todos um Bom Natal e que no próximo ano continuem com esta força toda. -----

Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente aprovada e assinada. -----

A Presidente: \_\_\_\_\_

O 1º Secretário: \_\_\_\_\_

O 2º secretário: \_\_\_\_\_